

REVOLUÇÃO PERMANENTE

PALESTINA 75 ANOS DE LUTA



REVOLUÇÃO PERMANENTE

Diretor: Alejandro Bodart

Comitê Editorial: Imran Kamyana - Ezra Otieno
Oleg Vernyk - Sergio García - Douglas Diniz
Rubén Tzanoff - Verónica O'Kelly

Edição: Pablo Vasco - Martín Carcione
Arte e Diagramação: Tamara Migelson
Tradução: Alessandro Fernandes
Revisão: Neide Solimões - Vera Coimbra

Nossas Redes:

www.lis-isl.org/pt

E-mail: ligainternacionalsocialista@gmail.com

 Liga Internacional Socialista

 @ligainternacionalsocialista

 Liga Internacional Socialista @isl_lis

 Liga Internacional Socialista (LIS)

Os artigos e reportagens não expressam necessariamente as posições da LIS, mas sim de seus autores.



la montaña
EDICIONES SOCIALISTAS

Perú 439 1°
Buenos Aires
Argentina, C.P. 1067

3 Palestina: 75 anos de heroica resistência

5 Declaração da LIS: Solidariedade com as massas palestinas. Por uma Palestina única, laica, democrática e socialista

7 Netanyahu, abominado fora e dentro de Israel

9 O que é o Hamas

11 O fascismo disfarçado de Davi. O que é o sionismo?

13 Solidariedade a Alejandro Bodart (LIS) contra a perseguição sionista

14 A colonização da Palestina

19 Da Nakba a Oslo

23 De Oslo até hoje, qual a solução?

29 I Congresso Pan-Africano da LIS

30 Manifesto do I Congresso Pan-Africano da LIS

33 A instabilidade e os golpes de Estado na África são alimentados pelo capitalismo

38 As lutas das mulheres em Gana

42 África, em linhas gerais

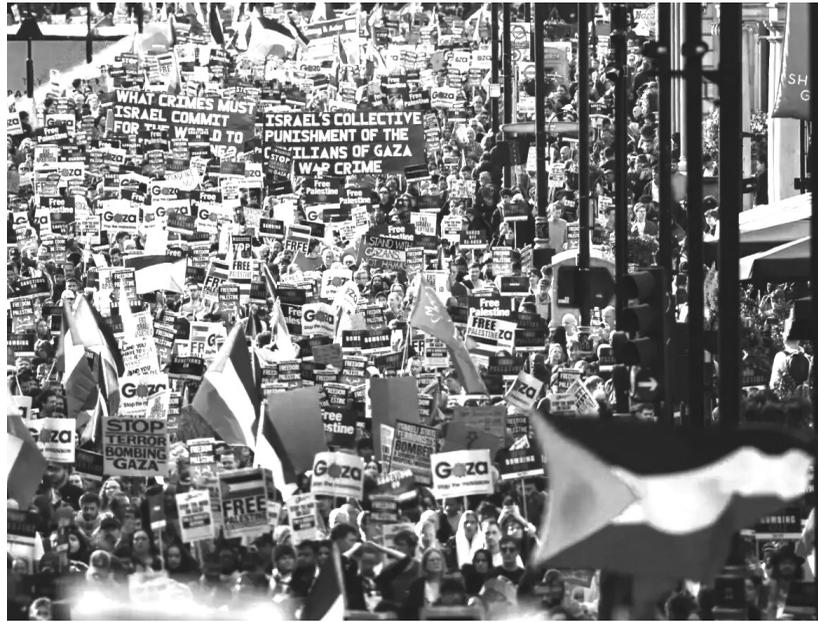


Palestina: 75 ANOS de heroica resistência

No dia 7 de outubro, o mundo ficou chocado com as notícias do Oriente Médio. As milícias do Hamas e militantes de outras organizações de Gaza derrubaram o muro segregacionista construído por Israel, apoderando-se de destacamentos militares e do controle de um vasto território. Um dos exércitos mais poderosos e sofisticados do mundo foi vencido pela resistência palestina e pelos seus métodos artesanais.

O golpe contra o sionismo foi monumental. A suposta invulnerabilidade foi abalada. Após o surpreendente ataque, a reação do Estado terrorista de Israel foi brutal. Semanas de bombardeios contra a população civil indefesa de Gaza, bloqueio de alimentos, eletricidade, água potável e medicamentos. Milhares de mortos e desaparecidos, a maioria de crianças. Um genocídio apoiado pelas potências imperialistas para toda a humanidade ver e, que prossegue enquanto escrevemos esta denúncia. Queremos contribuir com a nossa política para os caminhos da liberdade definitiva ao povo palestino.

A ação do Hamas e a resposta israelense provocaram profundas mudanças na região e no mundo, abrindo uma nova situação internacional de maior polarização e mobilização social. Os acordos que Israel e os EUA tentavam fechar com a Arábia Saudita para enterrar a causa palestina no mundo árabe, foram paralisados. Os EUA foram forçados a reorganizar suas forças, enfraquecendo a presença noutras regiões em conflito, para evitar que a crise se alastrasse por todo o Oriente Médio e apoiar o fascista Benjamin Netanyahu, para que atrasse o mínimo de combustível no fogo.



O fato mais importante deste acontecimento foi a causa palestina ter sido recolocada no centro da situação mundial e serviu para um enorme movimento de solidariedade internacional, desafiando proibições e censuras, assumisse uma magnitude que minou os governos apoiadores do novo genocídio sionista. É particularmente significativo que as mobilizações mais importantes, para além do mundo árabe, tenham acontecido nos EUA e na Europa, no coração do imperialismo. Sem dúvida, o desmascaramento do Estado de Israel para ampla camada da sociedade foi mais um golpe para o sionismo.

Como socialistas revolucionários, lamentamos profundamente a perda de vidas civis. Mas defendemos o direito de todos os povos oprimidos de pegarem em armas contra os seus opressores. Repudiamos os cínicos que se vangloriam das mortes e do repugnante genocídio nazista, sem demonstrarem a mínima sensibilidade humana pelas dezenas de milhares de vítimas dos assassinatos indiscriminados que Israel comete.

Não é o Hamas, organização que temos pro-

100 mil pessoas na "Marcha pela Palestina" em Londres

fundas diferenças, o responsável pelo que está acontecendo. O único responsável é o sionismo, que há 75 anos massacra o povo palestino, rouba suas terras e seus bens, obriga milhões a viverem em prisões a céu aberto ou amontoados em campos de concentração nos países vizinhos, expulsos e sem quaisquer direitos por causa do Estado terrorista que artificialmente criaram com sangue e fogo em 1948.

O sionismo é uma corrente política de extrema direita, racista e colonialista, surgida no final do século XIX, dirigida pelos setores judeus mais abastados, para impedir que os trabalhadores e a juventude judaica empobrecida, vítimas de constantes ataques racistas, entrassem em massa nos partidos revolucionários, que estavam em ascenso. A burocratização da União Soviética e da Terceira Internacional, além da utilização dos crimes aberrantes do nazismo permitiram ao sionismo, com o apoio de Stalin e do imperialismo britânico e estadunidense, aprovar a construção de um enclave no Oriente Médio, expulsando o povo palestino que vivia pacificamente no território.

O atual governo de Israel, com Netanyahu, representa as alas mais extremistas, ultra religiosas e fascistas do sionismo. Este racista declarado intensifica o regime de *apartheid* e a violência contra os palestinos, com o objetivo de colonizar mais territórios e apoderar-se completamente de Jerusalém. Além disso, Netanyahu também tenta impor uma série de reformas autoritárias contra os próprios israelenses, gerando uma divisão na sociedade.

Há meses vêm ocorrendo manifestações massivas em Tel Aviv, exigindo cada vez mais sua saída do cargo. Derrotado e humilhado pelo Hamas, é pouco provável que consiga manter-se no poder quando terminarem as ações militares, com uma brutalidade que se explica pelo desespero em recuperar a credibilidade que perdeu.

A ação do Hamas no dia 7 de outubro foi uma tentativa de se reposicionar com a juventude palestina, que questionava a passividade com a situação desesperadora em Gaza, as constantes prisões, as provocações cada vez mais violentas do Governo de Netanyahu, à exemplo da ação contra os fiéis na mesquita de Al-Aqsa em Jerusalém, ou mesmo o avanço dos colonos israelenses na Cisjordânia.

O Hamas é uma organização fundamenta-

lista islâmica, que cresceu para conquistar eleitoralmente o governo da Faixa de Gaza. Foi ajudada pelo sionismo durante muito tempo para dividir a Autoridade Palestina e soube aproveitar o espaço deixado vago pela decadência da Organização para a Libertação da Palestina, a OLP de Yasser Arafat, que durante anos foi a direção reconhecida dos palestinos, traindo a luta ao reconhecer o Estado terrorista de Israel nos Acordos de Oslo de 1993. Histórias parecidas explicam a ascensão de direções religiosas sectárias em grande parte do mundo árabe.

Em 75 anos de ocupação, o povo palestino provou ser um dos mais heroicos do mundo. O sionismo nunca foi capaz de quebrá-lo. Geração após geração redobrou o seu espírito de luta. Estamos convencidos que esse espírito continuará até recuperar toda a terra que lhes pertence, *“desde o rio Jordão até ao mar Mediterrâneo”*. Nunca houve qualquer possibilidade de convivência pacífica entre os dois Estados. A história já provou.

O plano do sionismo é apoderar-se de toda a Palestina e completar o plano de extermínio e de limpeza étnica iniciado em 1948. A única possibilidade de uma paz justa virá pela derrota do sionismo e com a reconstrução de uma Palestina única, laica, não racista, democrática e socialista. É com este objetivo estratégico que insistimos na construção de partidos revolucionários em todo o Oriente Médio. Essa Palestina só será realidade se a revolução socialista se desenvolver na região e no mundo.

Continuaremos apoiando a resistência ucraniana contra a agressão imperialista russa; apoiando o heroico povo do Haiti ameaçado por uma nova intervenção militar; os povos de África que se rebelam contra a dominação francesa; o heroico povo do Saara Ocidental em luta contra a monarquia marroquina; apoiando as e os trabalhadores, mulheres e a juventude de todo o mundo que lutam contra a exploração e a opressão.

É vital a continuidade das mobilizações em solidariedade à Palestina e em repúdio aos crimes de Israel contra a humanidade. É vital construir todo tipo de iniciativas contra as mentiras e calúnias que tentam vitimizar os genocidas. É vital exigir que todos os governos rompam relações comerciais e diplomáticas com Israel. ✊



Declaração da LIS

Solidariedade com as massas palestinas.

Por uma PALESTINA ÚNICA, LAICA, DEMOCRÁTICA E SOCIALISTA

Na manhã de sábado, 7 de outubro, o Hamas disparou milhares de mísseis contra Israel e invadiu vilas e cidades israelitas ao redor da Faixa de Gaza com numerosos comandos armados, atacando bases militares e fazendo soldados e civis como reféns.

O povo palestino, farto de anos de opressão genocida, respondeu com entusiasmo, mobilizando-se massivamente e milhares de jovens juntaram-se espontaneamente ao ataque às cercas de arame farpado e aos muros da vergonha que cercam Gaza.

A resposta de Israel foi um bombardeio imediato de alvos civis em Gaza, incluindo hospitais, além de uma declaração de Netanyahu afirmando estarem em guerra e que os palestinos sofreriam um ataque sem precedentes. O chefe do exército sionista anunciou bombardeios massivos e pediu cinicamente à população civil que abandonasse Gaza, sabendo que os mais de 2 milhões de habitantes que vivem ali não teriam para onde ir e nenhuma possibilidade de romper o cerco imposto pelo Estado sionista de Israel.

Desde a sua fundação a sangue e fogo em 1948, o Estado de Israel tem sido um enclave colonial imperialista. Perpetrou genocídio e limpeza étnica na população palestina, que foi forçada a abandonar massivamente as suas terras, a exilar-se nos países vizinhos e a viver como cidadãos de segunda classe no apartheid da Cisjordânia e como prisioneiros no enorme campo de concentração que é a Faixa de Gaza.

Israel ignorou todas as resoluções das Nações Unidas, continuando e aprofundando cada vez mais a sua extensão colonial com assentamentos ilegais nos espaços palestinos cada vez mais reduzidos, provocando, atacando e massacrando a população civil.

Nos últimos anos, o Estado israelense tem girado consideravelmente à direita e intensificou as suas ações genocidas. Não só legalizou a tortura, como institucionalizou o apartheid e seu plano de limpe-

za étnica com uma lei que definia Israel como um Estado judeu, limitou a autodeterminação exclusivamente aos judeus, eliminou o árabe como língua oficial, declarou os assentamentos ilegais como “de interesse nacional”, transferiu a sua capital para Jerusalém e apropriou-se dela inteiramente, contrariamente aos tratados de paz que determinavam a cidade como partilhada com a Palestina e proibiam o estabelecimento de qualquer uma das capitais ali.

Desde que Netanyahu assumiu seu terceiro mandato como primeiro-ministro em dezembro de 2022, tem havido uma nova escalada nos ataques israelenses. Novos assentamentos foram legalizados e dezenas de milhares de casas e novas colônias foram planejadas. A pena de morte foi imposta aos “terroristas” palestinos, uma definição que inclui até mesmo alguém que atire uma pedra em um tanque; os bombardeios aumentaram, causando mais de 200 mortes de civis palestinos de janeiro a setembro, incluindo idosos, mulheres e crianças. Entre os ataques que têm gerado mais indignação na população, junto à escalada de violência nas colônias ilegais, estão os repetidos ataques à mesquita de Al Aqsa, em Jerusalém, o último, ocorrido em abril deste ano, com policiais israelenses entrando à tiros na mesquita, espancando e prendendo pessoas indiscriminadamente.

Devemos procurar as causas do que aconteceu agora em todas estas ações do sionismo, com um saldo lamentável de centenas de mortos e milhares de feridos. Ao mesmo tempo que expressamos o nosso pesar pela perda de vidas de cidadãos israelenses comuns, também esclarecemos que as perdas sofridas pelos palestinos pelas mãos do Estado sionista de Israel, ao longo das últimas décadas, são incomparavelmente maiores e a chamada comunidade internacional, particularmente o imperialismo ocidental, permaneceu em silêncio sobre o assunto. A violência dos oprimidos não pode ser julgada pelos mesmos parâmetros que a violência do opressor, neste caso Israel, que é um Estado com poderio militar, armado até os dentes pelos Estados Unidos.

Com o Hamas e o fundamentalismo islâmico em geral, que consideramos uma ideologia completamente reacionária e um produto do próprio imperialismo, estamos separados por diferenças irreconciliáveis, mas o nosso apoio ao povo palestino para resistir ao seu opressor, o Estado racista, genocida e colonial de Israel é incondicional. Todo povo oprimido tem o direito de se defender e lutar para recuperar o que lhe foi tirado. Apoiar

o povo palestino é um dever, não apenas nosso, que somos socialistas revolucionários, mas de todos aqueles que amam a liberdade e defendem os direitos das pessoas à sua autodeterminação.

Israel conta com o apoio financeiro, militar e diplomático explícito dos EUA, de todo o imperialismo ocidental e com o silêncio cúmplice de potências, como Rússia e China, e também de grande parte das burguesias árabes e dos governos pró-imperialistas do mundo. Do mesmo modo, potências regionais como o Irã, que oprimem o seu próprio povo internamente, defendem os seus próprios interesses e não são amigos do povo palestino. A chamada Autoridade Palestina também está profundamente corrompida e desempenha um papel colaboracionista. A principal vítima deste processo de 70 anos é o povo palestino. Mas ele não está sozinho, pois conta com a simpatia de milhões de trabalhadores e jovens em todo o Oriente Médio e em todo o mundo.

Depois de tantos anos, ficou demonstrado que não haverá paz possível enquanto continuar a existir a opressão de todo um povo pelas mãos de um Estado opressor e terrorista criado artificialmente pelo imperialismo. A paz virá da derrota do opressor e da construção de uma Palestina única, laica, democrática e socialista, no marco de uma federação voluntária de repúblicas socialistas em todo o Oriente Médio.

Depois do Estado sionista conseguir reorientar-se após o ataque surpresa, que reflete o maior fracasso militar e da inteligência de Israel em décadas, ele vai intensificar os ataques à Gaza, contra outras regiões e aumentará a opressão contra as massas palestinas. O conflito armado, relativamente limitado neste momento, também pode evoluir para outra guerra regional. O dever das massas trabalhadoras e dos revolucionários, não apenas na região árabe, mas em todo o mundo, é agitar nas ruas, nos locais de trabalho, nas redes sociais e em outros lugares contra a opressão israelense e a ocupação das terras palestinas, e obrigar o Estado sionista respaldado pelos imperialistas a se retirar.

Nós da Liga Internacional Socialista, a LIS, convocamos a mais ampla mobilização internacional em defesa e em solidariedade ao povo palestino, contra o novo massacre que se aproxima e para acabar com o apartheid que os palestinos sofrem há décadas.

*Comitê Executivo da Liga Internacional
Socialista – 10/07/2023* 



Encontro de Joe Biden com Benjamin Netanyahu

Netanyahu, ABOMINADO FORA E DENTRO de Israel

POR MAHER KHAZAAL

A ofensiva anti-palestina aprofundada pelo primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, desde a sua tomada de posse no final de 2022, além da profunda fratura interna após a reforma judicial, abriu caminho para a resposta do Hamas. Atualmente, prevalece em Israel um certo clima de “unidade nacional” por causa do conflito militar, somado com o medo e a insegurança social, numa crise política que continua em aberto.

Netanyahu ganhou as eleições com uma coligação entre o seu partido, o Likud, de extrema direita e anti-palestino, mais cinco outras forças ultra-sionistas e ultra-religiosas¹. Foi vitorioso pelo voto de protesto contra o governo secular anterior, de centro-direita que aplicou ajustes. Foi a quinta eleição em três anos, em um cenário de instabilidade. Com

64 deputados, num total de 120 no Knesset (parlamento), Netanyahu foi nomeado primeiro-ministro².

Antes do atual conflito, Netanyahu encorajou novos colonatos ilegais na Cisjordânia, demoliu casas palestinas, proibiu a exibição da bandeira palestina e subordinou a polícia ao ministro da segurança racista, que controla a guarda nacional (milícia civil sionista de reserva). Entre seus planos, está a retirada da cidadania ou a residência israelita para todos os que recebem subsídios da Autoridade Palestina e impor a pena de morte aos “terroristas” palestinos, o que inclui qualquer pessoa que atire uma pedra contra um soldado israelense.

Internamente, Netanyahu planeja tributar as doações estrangeiras de organizações civis em solidariedade à Palestina, proibir qualquer candidatura “que negue a existência de Israel como Estado judeu

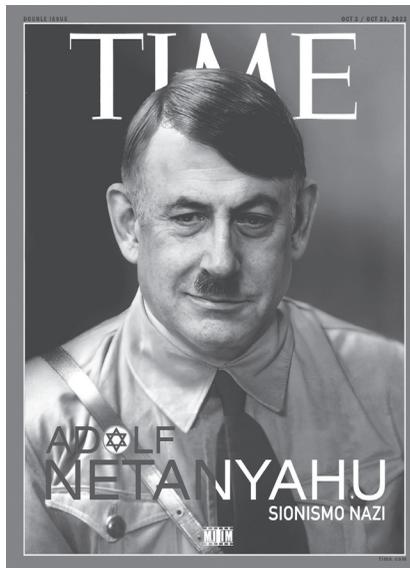


e democrático” e permitir as que defendam a supremacia judaica. No seu pacto com os ultra-religiosos, planeja aumentar o subsídio estatal às escolas judaicas, proibir a adoção por casais LGBT, permitir subsídios para eventos com segregação de gênero e recusa-se a assinar a Convenção Internacional de Istambul contra a violência de gênero.

REFORMAS, CRISES E O FUTURO...

A reforma judicial resultou em protestos massivos por mais de oito meses. Uma vez que o Supremo Tribunal, ainda obviamente sionista, declarou ilegais vários colonatos e deu poder a alguns candidatos que a extrema direita não tolera, Netanyahu quis que o Parlamento, por maioria simples, anulasse as suas decisões ou promulgasse leis que considere inconstitucionais. Além disso, o governo teria mais poderes para nomear juízes e eliminaria o cargo de procurador-geral: isto beneficiaria Netanyahu, acusado de corrupção.

Em julho, com os 64 votos do partido no poder, o Knesset aprovou o primeiro ponto dessa reforma, que limita o poder do Tribunal para rever as leis. Mas falta a parte essencial. Antes do conflito militar, mais de 100 mil pessoas protestaram todas as sextas-feiras em Tel Aviv e em outras cidades; viam-se



Caricatura de Netanyahu como líder nazista

bandeiras palestinas, de arco-íris e cartazes anti-sionistas. Essa grave crise fez baixar a notação de crédito de Israel, alarmou os seus aliados e até empresas estrangeiras, como as de inovação tecnológica, um ramo fundamental onde os trabalhadores participaram nos protestos.

Essa teocracia pró-estadunidense de Israel, pratica o *apartheid*, o terrorismo de Estado, o genocídio anti-palestino e discrimina a minoria árabe que constitui 20% da sua população. Ne-

tanyahu procura esmagar os palestinos e endurecer essa “democracia” muito relativa, exclusivamente judaica. Protestos recentes exigindo sua demissão, pelas falhas nos serviços secretos, na segurança e na má gestão do conflito militar, especialmente no caso dos reféns, foram reprimidas, ao mesmo tempo que aumenta a perseguição aos críticos. A crise interna em Israel terá novos capítulos e contribuirá para enfraquecer o governo de extrema direita e o Estado sionista. ✎

1. Shas (sefardita), Judaísmo Unido da Torá (asquenazim), Sionismo Religioso e Poder Judaico (racista e anti-muçulmano) e Alegria (anti-LGBT).
2. Os três partidos sionistas centristas têm 42 deputados; as duas listas árabes, 10; os trabalhistas, 4; os sociais-democratas e os islamistas não elegeram.



O QUE É o Hamas

POR PABLO VASCO

- Essa organização ultra-islamista nasceu em Gaza no início da década de 1980, como um ramo palestino da Irmandade Muçulmana do Egito. Como já reconheceram os próprios líderes militares e políticos sionistas¹, Israel financiou o Hamas durante mais de uma década para aproveitar sua disputa contra a OLP laica, da mesma forma como os EUA apoiaram os Talibãs afegãos contra a influência russa. Esse tipo de ação tem se repetido com a maioria das seitas fundamentalistas islâmicas.
- Em 1993, a Organização para a Libertação da Palestina, a OLP, aprovou os Acordos de Oslo com Israel, abandonando a sua luta histórica para dissolver o Estado sionista e substituí-lo por uma Palestina laica e democrática. Essa traição e, posteriormente, a violação dos acordos por Israel, fortaleceram o Hamas, que manteve a sua oposição ao reconhecimento de Israel.
- As intifadas também reforçaram o Hamas. Em 2006, essa organização ganhou as eleições legislativas com 44% dos votos, entrou em conflito com a OLP, rompeu o co-governo na Cisjordânia e formou o seu governo em Gaza, controlando a segurança social e reprimindo os protestos por melhores salários, contra os impostos e a corrupção.
- No mundo, o Hamas só é considerado *terrorista por* Israel e seus parceiros imperialistas: EUA, Grã-Bretanha, União Europeia, Japão, Austrália e Canadá. Possivelmente, outros países façam o mesmo, a fim de esconder o *terrorismo de Estado* cometido por Israel.
- Embora as baixas civis nestes conflitos sejam lamentáveis, o direito internacional reconhece o direito democrático de qualquer povo ocupado de resistir ao ocupante com armas na mão. A ação do Hamas em 7 de outubro não é alheia aos anseios das massas palestinas, faz parte da sua resistência, que inclui também outros grupos.
- Temos diferenças profundas com o Hamas. O seu projeto é uma Palestina muçulmana capitalista e, desde 2017, aceitam as fronteiras anteriores à guerra de 1967, ou seja, aceitam a coexistência com Israel. Mesmo assim, as suas posições



nacionalistas e anti-sionistas desempenham, em certos momentos, um papel contraditório, dirigindo a resistência contra Israel.

ALGUMAS POLÊMICAS

A política sobre o movimento palestino e sua atual direção, o Hamas, abre debates na esquerda, reformista e revolucionária, mundial. Por exemplo, o partido trotskista francês Lutte Ouvrière critica o Hamas com o mesmo peso que critica Netanyahu, propondo aos palestinos “*uma existência nacional ao lado dos israelenses*”²: a mesma armadilha equivocada de *dois Estados* que a ONU defende. Na Itália, a Lotta Comunista é ainda pior. Fala da “*simetria dos horrores*” e do “*terrorismo reacionário*” do Hamas, não se solidarizando com Gaza e, como saída, apresentam um “*internacionalismo de classe*” abstrato, completamente fora da realidade³. Possuem posições funcionais para Israel.

Igualar um processo de luta com sua direção é cair em dois erros unilaterais e simétricos. Valorizar a direção como a luta que dirige, é cair no reboquismo oportunista. Mas, relativizar a luta por sua direção não revolucionária, é entrar no caminho do sectarismo.

Em qualquer declaração conjunta, o Partido Obrero argentino recusa-se a incluir a menor crítica ao Hamas, afirmando que “*é uma obrigação revolucionária elementar apoiar incondicionalmente - isto é, com sua atual direção - a guerra pela libertação liba-*

nesa e palestina”, e que “*apoiamos até à morte a luta armada do Hezbollah e do Hamas*”⁴.

Por sua vez, para a Fração Trotskista, que dirige o PTS argentino [e o MRT no Brasil], “*a ação militar das milícias de Hamas, atacando igualmente postos militares e a população civil, foi facilmente instrumentalizada por Netanyahu e pelos Estados imperialistas para tentar legitimar sua declaração de guerra. Também permitiu ao governo israelense aglutinar toda a oposição e setores críticos pelo apoio a uma ofensiva militar contra a Faixa de Gaza. Rechaçamos os ataques à população civil. Não compartilhamos dos métodos do Hamas, que impedem o avanço rumo à necessária unidade em luta entre a população árabe palestina, os árabes israelenses e inclusive setores da classe trabalhadora judia que rompem com o sionismo*”⁵. Ou seja, para a FT, trata-se de um acontecimento bastante negativo... 🐞

1. <https://diariored.canalred.tv/internacional/hamas-de-aliado-de-israel-a-grupo-terrorista/>
2. <https://union-communiste.org/es/2023-11/los-palestinos-sacrificados-en-el-altar-del-imperialismo-7187>
3. Lotta Comunista. N.º 638, Ano LIX, outubro de 2023.
4. <https://revistaedm.com/edm-23-10-21/cual-debe-ser-la-posicion-de-la-izquierda-frente-a-la-estrategia-y-los-metodos-de-hamas/>
5. https://esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_articulo=55936 (com destaques nossos)

Leia o artigo: **A ameaça do fundamentalismo islâmico e a hipocrisia do imperialismo**





Congresso Sionista com imagem de seu fundador, Theodor Herzl, ao centro

O fascismo disfarçado de Davi. O QUE É O SIONISMO?

POR VERÓNICA O'KELLY

Israel faz um enorme esforço para consolidar a ideia de que o sionismo e o judaísmo são a mesma coisa e, assim, qualquer oposição ao sionismo é antissemita e racista. Esta é uma das maiores mentiras sustentadas no mundo atual. O sionismo é um movimento político reacionário, racista e colonialista que, até pouco tempo, era uma minoria na comunidade judaica.

O sionismo surgiu como uma corrente política e ideológica na Europa Central e Oriental no final do século XIX, como resposta reacionária ao antissemitismo dos governos europeus, mas não foi a única resposta. Entre a classe trabalhadora judaica do período, teve a menor influência.

A ORIGEM DO ANTISSEMITISMO MODERNO

Karl Marx e Abraham Leon¹ analisaram as causas materiais do desenvolvimento histórico da população judaica. No feudalismo, os judeus eram responsáveis principalmente pelas transações mercantis e financeiras, constituindo um *povo de classe*. Quando essas bases materiais de coesão desapareceram, com a queda do feudalismo, o capitalismo, na sua fase regressiva, não foi capaz de assimilar e atirou os comerciantes e artesãos judeus para a concorrência com os não-judeus, destruindo a economia artesanal. Em menos de 50 anos, esses processos criaram uma enorme classe trabalhadora judaica no Leste Europeu, onde vivia a maioria dos judeus. Tornaram-se um bode expiatório para as monarquias russa e alemã,



David Ben Gurion lendo a ata de fundação do Estado de Israel no Parlamento (Knesset)

que perseguiram e criaram ideologias aos trabalhadores não judeus, como culpar os judeus pelos seus problemas. Muitos emigraram para o Ocidente, onde foram recebidos para desempenharem a mesma função. Assim surgiu o antissemitismo moderno, uma ideologia burguesa reacionária, surgida para dividir a classe trabalhadora, afundando um setor num nível mais elevado de opressão e exploração.

O NASCIMENTO DO SIONISMO

Foi nesse contexto que o principal fundador do sionismo, Theodor Herzl, escreveu em 1895: “Conseguí uma atitude mais aberta em relação ao antissemitismo, que comecei a compreender e a perdoar historicamente. Acima de tudo, reconhecí a inutilidade de tentar combater o antissemitismo”². Dois anos mais tarde, fundou a Organização Sionista Mundial com o objetivo de criar um Estado judeu na Palestina³. Seu raciocínio se baseou em aceitar a mentira racista de que judeus e não judeus não podem viver juntos. A partir de então, sionistas e anti-semitas encontrariam interesses comuns profundos.

A definição mais precisa de “sionismo” é a de um movimento político que, contra o antissemitismo dos governos europeus, propõe a fundação de um Estado-nação judeu.

UM MOVIMENTO MINORITÁRIO E BURGUEZ

O problema inicial dos sionistas é que as suas ideias eram marginais no seio da comunidade judaica. Os judeus viviam nos seus países há gerações e não tinham interesse em mudar-se para uma terra distante e desconhecida. Na verdade, por ser um setor particularmente oprimido da classe trabalhadora europeia (que nessas décadas se organizava massivamente nos

sindicatos e partidos do socialismo marxista), a maioria dos trabalhadores judeus também se organizava e simpatizava com partidos socialistas e organizações socialistas judaicas, lutando contra o antissemitismo e pela unidade da classe trabalhadora contra os exploradores.

Alguns dos mais importantes dirigentes revolucionários da época vinham de famílias judias, como Rosa Luxemburgo e Leon Trotsky – até o próprio Karl Marx. Desde o seu início, o projeto sionista esteve ligado aos interesses da burguesia judaica e não aos dos milhões de trabalhadores que lutavam pela emancipação. Os burgueses judeus queriam que o seu Estado fizesse o mesmo que as burguesias europeias. Os trabalhadores judeus lutavam por direitos sociais em cada país e, como parte da classe operária revolucionária, a tomada do poder e a construção do socialismo.

Foi assim que Lenin polemizou com a *União Judaica Trabalhista da Lituânia, Polônia e Rússia*, conhecida como *Bund*: “Absolutamente inconsistente do ponto de vista científico, a ideia de um povo judeu é, por seu significado político, reacionária [...] A hostilidade para com as camadas diferentes da população não pode ser eliminada, exceto quando deixam de ser um elemento estranho, quando se baseiam na massa da população. É a única solução possível para a questão judaica, e devemos apoiar tudo o que contribui para acabar com o particularismo judaico”⁴.

UM PROJETO IMPERIALISTA E COLONIALISTA

Para os sionistas, desde o início, a única esperança de alcançar o seu objetivo era conseguir o apoio de uma das potências imperialistas que dividiam o mundo numa corrida colonialista. Procuraram o apoio dos monarcas anti-semitas da Alemanha, da Rússia e do Império Otomano. A possibilidade aconteceu em 1917, quando o governo britânico se interessou pela possibilidade de ter um aliado no Oriente Médio, apoiando militarmente.

Com a *Declaração Balfour*, publicada no mesmo ano, o governo britânico começou a apoiar e subsidiar a migração judaica para a Palestina, então seu protetorado. Mesmo assim, o apoio imperialista não foi suficiente para provocar uma migração massiva para a Palestina. Só com os horrores do holocausto nazista, e com a ajuda dos Estados Unidos e de outros

países que fecharam as portas aos milhões de imigrantes judeus que procuraram asilo, foi possível a migração para a Palestina.

COLABORADORES NAZISTAS

Na Alemanha nazista, o carácter reacionário, racista e colonial do projeto sionista revelou-se ao extremo, encontrando com Hitler um objetivo comum: transferir o maior número possível de judeus da Alemanha para a Palestina.

“Naquele momento, a colaboração significava que as principais organizações sionistas trabalhavam contra o boicote mundial anti-alemão que denunciava o antisemitismo dos nazistas. Em vez disso, a Organização Sionista Mundial elaborou um ‘Acordo de Transferência’ onde o dinheiro dos judeus alemães poderia ser enviado para a Palestina para financiar importações para a Alemanha. Entretanto, na Alemanha, os nazistas proibiram todas as organizações de resistência socialistas, judaicas e prenderam os seus dirigentes. Mas permitiram que os sionistas continuassem atuando”⁵.

Para os sionistas, a ida dos judeus para a Palestina se baseou na possibilidade de salvar vidas judaicas dos campos de concentração nazistas. Ao justificar sua discordância sobre o plano de migração de crianças judias alemãs para a Grã-Bretanha, Ben-Gurion afirmou: *“Se fosse possível salvar todas as crianças da Alemanha, levando-as para Inglaterra, ou apenas metade delas para [Israel], eu optaria pela segunda alternativa, porque temos de pensar não só na vida destas crianças, mas também a história do povo de Israel”⁶.*

UM ENCLAVE IMPERIALISTA COLONIALISTA, RACISTA E GENOCIDA

O sionismo foi gerado como um projeto naturalmente colonialista, racista e reacionário. Para a realização dos objetivos, cometeu um genocídio, estabeleceu um enclave aberto, criou um gendarme do imperialismo e um Estado racista e reacionário. Compreender essa realidade e defendê-la contra a monstruosa campanha internacional de mentiras, organizadas pelo imperialismo, é indispensável. Nenhuma solução para a Palestina será possível sem desmantelar completamente o projeto sionista. Nenhuma sociedade democrática e igualitária é possível sem a luta contra o Estado de Israel, constituído na base do reacionarismo. A única saída é uma Palestina única, laica, democrática e socialista. 🌱

Solidariedade a Alejandro Bodart (LIS) contra a perseguição sionista

Em todo o mundo, o sionismo tenta silenciar as vozes de solidariedade à Palestina e de crítica à Israel e seu genocídio. Um exemplo dessa tentativa de silenciamento é o da Delegação das Associações Israelitas Argentinas – DAIA, que cinicamente iguala *o antissionismo ao antisemitismo*, e que apresentou uma denúncia contra Alejandro Bodart, dirigente da LIS e do MST argentino. Considerando que o tribunal deu continuidade à queixa, Bodart será julgado nos dias 27, 28 e 29 de fevereiro. Dando continuidade à campanha de solidariedade internacional, pedimos às organizações de defesa dos direitos humanos, aos partidos políticos e às organizações sociais de todo o mundo que assinem a petição em defesa das liberdades democráticas de expressão e de imprensa ao camarada Alejandro Bodart, que será enviada ao tribunal. Acesse a petição pelo QR Code: 🌱



1. Abraham Leon nasceu em Varsóvia, na Polônia, em 1918. Foi dirigente da seção belga do Hashomer Hat-zair, a ala esquerda do movimento de juventude sionista, mais tarde rompendo e aderindo ao marxismo e à seção belga da Quarta Internacional. Em sua obra *“A Questão Judaica”*, analisou a função socioeconômica dos judeus na história pelo método marxista e formulou a tese da *classe popular*. Capturado pelos nazis em junho de 1944 e deportado para o campo de extermínio de Auschwitz, foi executado meses depois.
2. Os diários de Theodor Herzl.
3. Antes de se decidirem pela Palestina, onde avaliaram a resistência dos povos que já viviam na região, os sionistas ainda consideraram países como Uganda, Angola e a Patagônia argentina. O movimento só adotou a propaganda religiosa da “terra prometida” na Palestina após a escolha, por razões completamente diferentes.
4. Iskra, 1903.
5. Lenni Brenner, *Zionism in the Age of the Dictators*.
6. Idem. Nota 5

A COLONIZAÇÃO da Palestina

POR RUBEN TZANOFF E VICENTE GAYNOR



Nakba, 1948: palestinos expulsos de suas casas

A fundação do Estado de Israel esconde uma das maiores campanhas de mentiras da história. A criação desse Estado foi um plano premeditado e friamente executado de limpeza étnica contra um povo indefeso. Os palestinos chamam de Nakba, um desastre. Foi um genocídio.

Um documento sionista da época, o “*Relatório Koenig*”², planejou a forma como a “transferência” de palestinos, articulada por Ben-Gurion, seria executada: “*Devemos utilizar o terror, os assassinatos, a intimidação, o roubo de terras e o bloqueio de todos os serviços sociais para livrar a Galileia da população árabe*”.

OS “SOCIALISTAS” RACISTAS

Em 1922, a Palestina tinha uma população de quase 760 mil habitantes, com 89% de árabes. Os líderes sionistas tinham a certeza absoluta de que a Palestina não era “*uma terra sem povo para um povo sem terra*”, como tentava justificar o projeto colonialista.

O primeiro Chefe de Estado de Israel, David Ben-Gurion, não escondeu que “*não há lugar para dois povos neste país. Não conseguiremos conquistar nosso objetivo de ser um povo independente com a presença de árabes neste pequeno país. A única solução é uma Palestina, ou pelo menos uma Palestina Ocidental, sem árabes. E não há outra forma senão transferi-los daqui para os países vizinhos, transferir todos. Não deve ficar nem um povo, nem uma tribo*”¹.

O projeto colonial do sionismo entrou em marcha muito antes da fundação do Estado de Israel em 1948. As primeiras colônias sionistas na Palestina remontam ao século XIX. Com apoio britânico na *Declaração Balfour*, em 1917, o processo se acelerou. As organizações judaicas compraram grandes extensões de terra de latifundiários, expulsando um grande número de camponeses palestinos. Os sionistas começaram também a construir uma economia de “enclave” exclusivamente judaica, organizada em torno do *Histadrut*, a Organização Geral dos Trabalhadores Judeus na Palestina. Apresentavam-se como trabalhadores, construindo uma sociedade cooperativa socialista em torno dos *Kibutz* (comunidades agrícolas), exclusivamente judaica. Na realidade, funcionavam como esquadrões de gangsters e fura-greves contra os traba-

lhadores palestinos: “fazendo piquetes e guardando pomares judeus para impedir que os trabalhadores árabes conseguissem trabalho. Esquadrões de ativistas invadem os mercados, derramando querosene nos tomates cultivados nas hortas árabes ou quebrando os ovos que as donas de casa judias podiam comprar aos comerciantes árabes”³.

A REBELIÃO DE 1936

Em 1936, os trabalhadores palestinos lançaram uma greve geral contra a pobreza crescente, o avanço dos sionistas e dos seus parceiros britânicos. O *Histadrut* organizou os seus trabalhadores como fura-greves, coordenando com os patrões britânicos a substituição dos grevistas árabes por trabalhadores judeus, no porto de Haifa e nos caminhos-de-ferro palestinos. A greve geral durou 6 meses e a revolta, com altos e baixos de confrontos armados, greves e mobilizações, continuou durante 3 anos. Mas a repressão sionista e britânica derrotou a heroica rebelião, sem direção política e de apoio internacional. Os governos árabes temiam mais a revolta dos trabalhadores árabes explorados do que o avanço sionista.

O tamanho da revolta foi resultado da ameaça sionista contra a Palestina, cada vez mais forte. Entre 1931 e 1945, a população judaica na Palestina aumentou de 174 mil para 608 mil. Milhares de judeus que fugiam das perseguições na Europa Ocidental, no Leste Europeu e eram rejeitados pela Grã-Bretanha, pelos Estados Unidos e por outros países ocidentais acabaram na Palestina. Embora os judeus representassem apenas 1/3 da população da Palestina nas vésperas da declaração do Estado em 1948, eram uma minoria poderosa e bem armada. À medida que a população judaica aumentava, cresceram as provocações sionistas contra os palestinos.

GENDARME IMPERIALISTA

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se transformou na maior potência imperialista. O sionismo viu a possibilidade de mudar o seu principal parceiro. O líder sionista David Ben Gurion afirmou: “*De minha parte, não tinha dúvidas de que o centro de gravidade das nossas forças deveria deslocar-se do Reino Unido para a América, no caminho de assegurar o primeiro lugar no mundo*”⁴.

Os sionistas demoraram décadas para “ganhar” o apoio incondicional do imperialismo estadu-

nidense, mas conseguiram algo fundamental no pós-guerra: os Estados Unidos assumiram a causa da fundação do Estado de Israel, em acordo com a URSS, nas *Conferências de Yalta e Potsdam*, e lideraram os esforços para a aprovação nas Nações Unidas.

O POUCO CONHECIDO, MAS INDISPENSÁVEL, APOIO SOVIÉTICO

Em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 181, que estabelecia o Plano de Partilha da Palestina em um Estado judeu e um Estado árabe, aprovando o envio de colonos judeus europeus como um fato consumado. O sionismo conseguiu seu objetivo com o apoio do imperialismo dos EUA, da ONU e da URSS. O peso do apoio soviético é hoje pouco conhecido, mas a fundação de Israel em 1948 teria sido impossível sem ele.

O Partido Comunista da Palestina (PCP), fundado em 1924 com a ajuda da Internacional Comunista, lutou para unir os trabalhadores árabes e judeus e construir uma Palestina socialista. O PC, no entanto, burocratizou-se, tal como o resto da Internacional, após a ascensão de Stalin. Foi organizado com base nas necessidades da política externa russa e na estratégia de construção de “frentes populares” com as burguesias nacionais.

Em 1943, o PC divide-se em torno de linhas nacionais. Os membros judeus, acusando a direção do partido de ter uma política “ultranacionalista” ligada à burguesia árabe, reorientaram o partido para a ideia sionista de que a comunidade judaica da Palestina constituía um *grupo nacional* com direito à autodeterminação. O abandono da luta por uma Palestina única e socialista levou a maioria dos quadros árabes a abandonar o partido e a fundar a Liga de Libertação Nacional (LLN). Quando a URSS anunciou o apoio à formação de Israel, o PC, até então contrário à partilha, acatarem a ordem e seus militantes juntaram-se às milícias sionistas para combater a resistência árabe. A LLN se dissolveu, com alguns dirigentes apoiando a partilha e outros contra.

Em 14 de maio de 1948, quando o último soldado britânico deixou a Palestina, Ben Gurion e os militares judeus declararam em Tel Aviv a criação do Estado de Israel. Três dias mais tarde, a URSS foi o primeiro Estado do mundo a reconhecer diplomaticamente Israel. Em dezembro de 1948, a URSS votou contra a Resolução 191 da ONU so-

bre o *direito de regresso* dos refugiados palestinos. No ano seguinte, apoiou militarmente Israel na sua guerra de conquista colonialista, enviando armas através da Tchecoslováquia. Do outro lado, a pequena Quarta Internacional trotskista e sua organização palestina denunciaram a partilha e a intervenção imperialista com o Estado de Israel.

Por mais público que fosse o pedido sionista ao apoio dos EUA, Stalin estava convencido de que era possível disputar Israel como gendarme na região. Só em 1950, com o alinhamento oficial de Israel com o Ocidente, e vendo maiores oportunidades entre os árabes, Stalin modificou subitamente seu apoio político público ao Estado de Israel, embora mantivesse sempre um profundo nível de colaboração.

A NAKBA

O plano sistemático para a expulsão em massa da população árabe da Palestina, com a substituição por colonos judeus, foi executado imediatamente após a aprovação do *Plano de Partilha das Nações Unidas*, em novembro de 1947.

As forças militares sionistas e milícias terroristas lançaram uma ofensiva militar em grande escala contra uma população desarmada e indefesa. Centenas de aldeias foram arrasadas. Assassinararam palestinos sem discriminação: crianças, mulheres e idosos, aldeia após aldeia, a fim de impor o terror e conseguir a fuga em massa pelo pânico.

Testemunhos descrevem os horrores da *Nakba*. Em Khisas, “os soldados judeus atacaram a aldeia em 18 de dezembro de 1947 e explodiram as casas na madrugada, enquanto os moradores ainda dormiam. Quinze habitantes da aldeia, com cinco crianças, foram mortos durante esse ataque”⁵. Em 1948, as ações tornaram-se mais ofensivas, com o objetivo de conquistar e “limpar” toda a Palestina.

Para conseguirem o objetivo, recorreram ao *Plano Dalet* (ou *Plano D*), executado por Ben Gurion e pelo seu comitê consultivo clandestino, que previa: “Estas operações podem ser realizadas da seguinte forma: ou destruindo as aldeias (incendiando-as, explodindo e colocando minas nos escombros) e os locais de difícil controle; ou organizando operações de combate e controle de acordo com estas orientações: as aldeias são cercadas e é feita uma busca no seu interior. Em caso de resistência, as forças armadas devem liquidar e expulsar a população das fronteiras do Estado”⁶.

Cada brigada recebeu uma lista de aldeias ou bairros para ocupar, destruir, esvaziar, e a data para cumprir. O *Plano D* foi executado entre abril e maio de 1948. As aldeias rurais das montanhas de Jerusalém foram tomadas como modelo: “o objetivo principal da operação é a destruição das aldeias árabes [...] a expulsão da população árabe [...] a expulsão dos aldeões para se tornarem um passivo econômico para as forças árabes”⁷. Segundo a propaganda oficial, as aldeias teriam a opção de se renderem, o que não aconteceu.

Um dos piores massacres aconteceu em Deir Yassin. Os soldados chegaram à aldeia, metralharam os habitantes, reuniram os sobreviventes, mataram-nos a sangue frio e estupraram algumas mulheres antes de as matarem. 170 pessoas, incluindo 30 bebês, foram assassinados. O sobrevivente Fahim Zaydan, então com 12 anos, relembra: “Nos levaram uns atrás dos outros, mataram um idoso e, quando uma das suas filhas gritou, mataram-na também. Depois chamaram o meu irmão Muhammad e o assassinaram na nossa frente. Quando minha mãe, com minha irmã Hudra no colo, ainda amamentando, se atirou para cima dele chorando, eles a executaram”.

As cidades foram vítimas do mesmo destino que as aldeias. Atacavam primeiro as aldeias vizinhas e depois deslocavam-se para o centro urbano mais próximo. Após as expulsões, as casas eram saqueadas, demolidas ou ocupadas pelos colonos. No seu *Diário*, Ben Gurion descreve o avanço sionista: “Quando vou a Jerusalém agora, sinto que estou numa cidade judaica (Ivrit). Esta é uma sensação que antes só existia em Tel Aviv ou numa região agrícola. É verdade que nem toda a Jerusalém é judaica, mas já existe um enorme quarteirão judeu: quando se entra na cidade por Lifta e Romema, por Mahaneh Yehuda, King George Street e Mea Shearim não se vêem mais árabes. Em muitos dos bairros árabes da zona ocidental, nem sequer se encontra um árabe [...] Se persistirmos, é possível que nos próximos seis ou oito meses ocorram mudanças consideráveis no país, em nosso benefício. Sem dúvida que as mudanças na composição demográfica do país serão evidentes”⁸.

A “GUERRA DE INDEPENDÊNCIA” E A TRAIÇÃO DOS REIS

Durante cinco longos meses, desde que a ONU aprovou a partilha da Palestina e as forças sionistas lançaram o ataque genocida contra a

população indefesa, os governos árabes limitaram-se a fazer declarações. Enquanto a resistência palestina, enfraquecida pela derrota do levante de 1936-1939, dispersa, desarmada e sem rumo, era exterminada, com aldeia após aldeia massacrada, os governos reacionários árabes especulavam e negociavam.

Só em 14 de maio de 1948, data da proclamação do Estado de Israel (e constatando que os sionistas avançavam sobre um território muito mais vasto do que o previsto pela ONU), é que se sentiram obrigados a intervir. No dia seguinte, declararam guerra contra Israel, primeiro o Emirado da Transjordânia, depois o Egito e, em menor escala, outros países árabes. Mesmo assim, agiram minimamente, organizando menos de 25 mil soldados no total, contra uma força israelense de 60 a 70 mil soldados, e superiormente equipada.

A frágil intervenção militar, parte da traição, se consolidou com o pacto secreto negociado entre o rei Abdullah, do Emirado da Transjordânia e o governo israelense. Dividiram a Palestina da mesma forma que os europeus tinham dividido o Oriente Médio 30 anos antes. Abdullah concordou em permitir que o Estado de Israel ampliasse a sua área para além da estabelecida pela partilha da ONU e anexou para si a Cisjordânia. O rei Farouk do Egito traiu o povo palestino por ainda menos. Aceitou o pacto em troca do controle de uma pequena Faixa de Gaza.

A traição dos que se apresentavam como “representantes da nação árabe” foi a primeira de muitas que confirmaram que os interesses das classes burguesas prevalecem sempre sobre as nacionalidades. A burguesia árabe é o parceiro menor do imperialismo no roubo colonial e semi-colonial das suas terras e dos seus povos. Para eles, o povo palestino é apenas uma moeda de troca, enquanto Israel é apenas mais um Estado capitalista, com o qual pode ser, mais ou menos, conveniente competir e colaborar nos negócios capitalistas.

LIMPEZA ÉTNICA

O Estado de Israel foi fundado com um plano consciente e deliberado de *limpeza étnica*, um crime contra a humanidade. Foram destruídas 531 aldeias palestinas e 11 bairros. Mais de 750 mil pessoas foram expulsas das suas casas e obrigadas a emigrar. De acordo com a Agência das



Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), foram 5,4 milhões de refugiados palestinos registrados em 2020. A maior parte dos habitantes de Gaza e da Cisjordânia são expulsos; existem campos de palestinos na Jordânia, na Síria e no Líbano, onde vivem em condições miseráveis, assim como numerosos refugiados na Arábia Saudita, no Egito, na Líbia, na Argélia e no Iraque.

Apesar da propaganda sionista atual negar este fato atroz, os próprios fundadores do sionismo nunca o esconderam. Theodore Herzl destacou as linhas gerais de tal plano em seu *Diário*: “Quando ocuparmos a terra [...] expropriaremos gradualmente a propriedade privada dos Estados que nos forem atribuídos. Tentaremos desencorajar a população pobre, afastando-a para além da fronteira, arranjando-lhe emprego nos países intermédios e negando-lhe qualquer emprego em nosso país. Tanto o processo de expropriação como a remoção dos pobres acontecerão com discriminação e precaução”.

AS CHAVES PALESTINAS

Em novembro e dezembro de 1948, a *limpeza étnica* prosseguiu na Galileia, com “operações de barredura” nas aldeias ainda ocupadas, com um método repressivo que ainda persiste em Gaza e na Cisjordânia: a ronda. As tropas israelenses cercam uma aldeia ou uma cidade, invadem as casas, escolhem as pessoas “suspeitas” e as transferem para um centro de operações especiais ou para um campo de prisioneiros para serem utilizadas como mão de obra, em condições desumanas. Em seguida, destroem a casa da família do “terrorista”.

Nakba, 1948: soldado israelense contra civis palestinos



O sionismo também implementou uma política eficaz para impedir o repatriamento dos palestinos: ampliou as demolições, criou novas colônias judaicas e plantou florestas nas terras das antigas aldeias. A ofensiva diplomática contribuiu para encobrir e impedir qualquer pressão internacional para o regresso dos refugiados.

Após a guerra de 1948, em resposta às críticas estrangeiras e aos apelos pelo retorno dos refugiados, Israel desenvolveu todo um conjunto de regulamentos para legalizar a expropriação. De acordo com a *Lei da Propriedade Ausente*, a propriedade de qualquer árabe que não estivesse presente era considerada abandonada e os colonos tornavam-se seus proprietários. Aqueles que se atreviam a retornar, mesmo para recuperar alguns objetos, eram assassinados a sangue frio. Ao mesmo tempo, a *lei do retorno* dava a qualquer judeu do mundo o direito de “regresar” para Israel como cidadão. Milhares de palestinos ainda possuem as chaves das suas casas, que se tornaram um símbolo da luta e persistência.

COLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

Os árabes que permaneceram nas fronteiras do Estado de Israel, que ainda representam 20% da população, embora sejam cidadãos israelenses, são cidadãos de segunda classe, oprimidos e humilhados. Foram estabelecidas leis que colocam os árabes sob condições de intervenção militar, dando poderes ao governo para os expulsar, confiscar os seus bens, invadir as suas casas, limitar os seus movimentos, impor restrições

trabalhistas, prendê-los, deportá-los, retirando-lhes as suas mínimas liberdades democráticas. Os relatórios das Nações Unidas afirmam que a repressão não ocorre apenas “em circunstâncias excepcionais”, mas “tornou-se arbitrariamente uma regra de conduta ou uma política definitiva”¹⁰.

Já em 1948, os sionistas ocupavam 78% da Palestina, apesar da ONU ter permitido 54%. Esta situação se ampliou com um plano de expansão sistemático ao longo dos anos. Os mapas e a própria realidade falam mais do que as palavras. Tanto o genocídio sionista como a resistência deste povo heroico continuam ao longo destes 75 anos e hoje. Não há dúvida sobre de que lado dessa luta estivemos, estamos e continuaremos. ✊

- 1 Maxime Rodinson. *Israel: A Colonial-Settler State?*. 1973.
2. Ralph Schoenman. *A história oculta do sionismo*.1988.
3. John Rose. *Israel: the Hijack State*. 1986.
4. Gabriel Zadunaizky e Roberto Fanjul. *Israel: historia de una colonización*. Em: *Revista de América*. Nº 12. Buenos Aires: Ed. Pluma, 1973. p. 24.
5. Ilan Pappé. *La Limpieza étnica de Palestina*. Barcelona: Ed. Crítica, 2008. p. 89.
6. Idem nota 5, p. 120.
7. Idem nota 5, p. 128.
8. Idem nota 5, p. 103.
9. <https://rebellion.org/israel-y-los-derechos-humanos-intermitentes>
10. Idem nota 4, p. 29.



Isaac Rabin,
Bill Clinton e
Yasser Arafat
durante os Acordos
de Oslo

Da NAKBA a OSLO

POR CELE FIERRO

Após a fundação de Israel e a guerra de expansão colonial de 1948-1949, a Nakba, ou catástrofe para os árabes, o Estado sionista apoderou-se de 78% do território da Palestina.

Expulsou 85% da população, a maior parte refugiada em campos permanentes na Jordânia, no Líbano e na Síria. Cerca de 156 mil palestinos ainda permaneceram nas fronteiras de Israel como cidadãos de segunda classe.

Dos territórios palestinos que Israel não roubou, Gaza permaneceu sob controle egípcio e a Cisjordânia foi anexada pela Jordânia

A colonização sionista da Palestina prosseguiu após a *Nakba*. Entre 1948 e 1967, as terras pertencentes aos árabes palestinos continuaram a ser expropriadas e entregues à colonização sionista. Naquele momento, a prioridade do Estado israelita

era assegurar o patrocínio imperialista necessário à manutenção do seu enclave colonial. A ascensão do nacionalismo árabe ofereceu-lhe uma oportunidade que não deixou passar.

A ascensão de Gamal Abdel Nasser ao poder no Egito, em 1952, aproximou particularmente a França, que travava então a sua própria guerra colonial na Argélia e tinha no nacionalismo árabe um inimigo comum com Israel. A França tornou-se o principal fornecedor de armas para Israel, que, em contrapartida, apoiou o colonialismo francês na Argélia e no Vietnã.

Numa tentativa de provocar uma intervenção ocidental contra Nasser para alargar o seu apoio imperialista, espíões israelenses no Egito detonaram bombas nas embaixadas dos EUA e do Reino Unido em 1954. O plano falhou. As autoridades egípcias prenderam, julgaram e executaram os agentes israelenses em 1955. Em resposta, Israel atacou Gaza (então sob o domínio egípcio), matando 37 pessoas.

Quando Nasser nacionalizou a Companhia Anglo-Francesa do Canal do Suez, em 1956, Israel teve uma nova oportunidade. Juntou-se à invasão

francesa e britânica do Egito, ocupando rapidamente toda a Península do Sinai e declarando a sua intenção de anexação.

Na *Guerra do Suez*, Israel conseguiu demonstrar as suas capacidades militares e a sua utilidade como *gendarme* local, mas ao padrão imperialista errado. A França e a Grã-Bretanha estavam exaustas como potências coloniais. Os Estados Unidos não se divertiram com a sua tentativa desajeitada de ressurgimento e frustraram-nos imperiosamente, obrigando-os a retirar sem recuperar o canal. A Israel também foi dito de forma inequívoca que se retirasse das suas conquistas, que o Primeiro-Ministro Ben Gurion se apressou a declarar “*parte do Terceiro Reino de Israel*”.

Israel obteve, no entanto, um benefício considerável. No conclave secreto de Sèvres, onde foi acordada a resolução do conflito, Israel obteve o compromisso do Egito de não financiamento dos guerrilheiros palestinos e a promessa da França de construir um reator nuclear em Israel e de fornecer material físsil. Israel tornou-se assim a 5ª maior potência nuclear do mundo.

Embora ainda não de forma decisiva, Israel fez progressos na corte ao imperialismo estadunidense. Um documento do Conselho de Segurança Nacional de 1958 já afirmava que Washington deveria “*apoiar Israel como a única potência forte pró-ocidental que resta no Próximo Oriente*”. Mas o estatuto de aliado privilegiado na região, acima do Xá do Irã, da Turquia e das monarquias do Golfo Pérsico, viria a ser garantido pelo Estado sionista com a *Guerra dos Seis Dias*, em 1967.

A GUERRA DOS SEIS DIAS

Com o objetivo de estrangular o Nasserismo e conquistar as partes da Palestina que não conseguiu tomar em 1948, Israel executou uma série de provocações durante meses antes de atacar o Egito, a Síria e a Jordânia em junho de 1967. Em seis dias, Israel esmagou as forças militares dos três países. Apoderou-se das Colinas de Golá da Síria, da Cisjordânia, de Jerusalém Oriental da Jordânia, da Faixa de Gaza e da Península do Sinai do Egito.

As Forças de Defesa de Israel perpetraram uma nova *Nakba* ao expulsar mais 325 mil palestinos da Cisjordânia, de Gaza e de Jerusalém Oriental, na sua maioria para a Jordânia. Na Cisjordânia, 55% da terra e 70% da água foram confiscadas para os colonos judeus, uma pequena fração da população. Em Gaza, 2.200 colonos receberam

mais de 40% das terras, enquanto meio milhão de palestinos foram confinados em campos e bairros de lata superlotados.

Ao contrário de 1956, desta vez Israel fez questão de obter a aprovação prévia dos EUA para o seu ataque ao Egito e à Síria. Isto favoreceu um formidável aparelho de propaganda para se apresentar ao mundo como uma “vítima”, como um país pequeno e fraco ameaçado de extermínio por vizinhos mais poderosos que queriam “*jogar todos os judeus ao mar*”. Tão longe estava isto da realidade que Israel levou menos de uma semana para derrotar os seus “poderosos” vizinhos.

A *blitzkrieg* esmagadora de Israel consagrou-o finalmente como o enclave imperialista indispensável e privilegiado no Oriente Médio. Desde então, goza do apoio político, militar e econômico incondicional dos EUA, realizando o trabalho sujo do imperialismo estadunidense no Oriente Médio e noutros cantos do mundo.

A *Guerra dos Seis Dias* reconfigurou completamente a Palestina. De 1948 até 1967, os territórios palestinos estiveram sob o controle dos países árabes vizinhos: a Cisjordânia e Jerusalém Oriental sob administração da Jordânia e Gaza sob o controle do Egito. Após a guerra, todos os territórios palestinos passaram a estar sob ocupação militar israelense. Esse fato alterou também o caráter da resistência palestina, que passou a viver sob a opressão direta da ocupação sionista e da total incapacidade e falta de interesse dos regimes árabes na luta pela libertação da Palestina.

ASCENSÃO E QUEDA DA OLP

Em 1958, foi fundado o movimento de libertação palestino *Fatah*, que adotou uma política de luta de guerrilha armada, inspirada na experiência da guerra de independência da Argélia contra a França. Após a vitória de Israel contra os países árabes em 1967, o *Fatah* tornou-se uma alternativa atrativa para a luta. A sua popularidade e crescimento deram um novo salto qualitativo após a *Batalha de Al-Karama*, em 1968, em que guerrilheiros palestinos mal equipados derrotaram um ataque israelense perto da cidade jordana de Al-Karama.

O prestígio conquistado permitiu ao *Fatah*, em 1969, assumir o controle da Organização para a Libertação da Palestina, a OLP, uma organização que os governos árabes tinham fundado em 1964 para desviar a crescente corrente radical palestina

que ameaçava a estabilidade interna de vários países árabes. O *Fatah* transformou a OLP numa organização de massas dinâmica e conseguiu maior legitimidade como representante do povo palestino.

Sob a direção do *Fatah*, a OLP defendeu a Palestina como a “*unidade territorial indivisível*” nas fronteiras do Mandato Britânico pré-israelense. Além disso, defendia que “*a luta armada é a única forma de libertar a Palestina*” e que os palestinos “*rejeitam todas as soluções que substituam a libertação total da Palestina*”¹. O programa do *Fatah* convocava os palestinos para a luta, para não esperar pela diplomacia dos regimes árabes. No entanto, o *Fatah* não rompia com a conciliação de classes, defendendo que quaisquer diferenças de classe entre os palestinos tinham de ser postas de lado para que a luta fosse vitoriosa.

Essa política, também presente na relação da OLP com os regimes árabes da região, acarretou a organização numa estratégia contraditória da qual nunca conseguiu se libertar. O prestígio internacional da OLP dependia da diplomacia destes regimes, que conseguiram que a OLP obtivesse o estatuto de observador nas Nações Unidas e permitiram que o dirigente máximo do *Fatah*, Yasser Arafat, discursasse na Assembleia Geral em 1974. O grande financiamento aos cofres do *Fatah* desses regimes tornou a OLP cada vez mais dependente. Quanto mais o *Fatah* crescia, mais entrava em conflito com esses regimes: “*Como adquiriram um grande número de armas e começaram rapidamente a organizar-se em agrupamentos políticos e militares, [...] os novos militantes palestinos representavam um desafio à autoridade central do Estado*”. No final da década de 1960, a OLP tinha se estabelecido como a principal força política e militar na Jordânia, ofuscando o odiado regime do Rei Hussein. Contava com o apoio político dos refugiados palestinos, que constituíam 70% da população da Jordânia. No entanto, Arafat rejeitou repetidamente os apelos dos ativistas palestinos, e mesmo de alguns oficiais do exército jordano, para depor o rei e substituir o seu regime por um regime democrático. As vacilações da OLP foram se revelando. Em setembro de 1970, o Rei Hussein utilizou a crise provocada pelo desvio de aviões por esquerdistas palestinos, como justificativa para atacar a OLP. Mais uma vez, Arafat recusou-se a entrar em confronto com o regime do Rei, temendo a instabilidade política na região e, assim, pôr em risco o apoio de outros ditadores árabes à OLP.

A resistência passiva da OLP permitiu ao exército do Rei massacrar centenas de ativistas palestinos e submeter a população refugiada a um regime de terror.

Por fim, Arafat concordou em transferir as instituições e milícias da OLP da Jordânia para o Líbano. A incapacidade e a falta de vontade do *Fatah* para enfrentar os regimes árabes capitalistas e reacionários odiados pelos seus povos permitiram que um dos países mais fracos - cuja população era esmagadoramente palestina - expulsasse a OLP no momento em que poderia ter disputado o poder.



Benjamin Netanyahu

Durante a década de 1970, a OLP começou a se afastar da sua posição histórica a favor da libertação de toda a Palestina e, na prática, passou a aceitar a ideia de um mini-estado palestino em Gaza e na Cisjordânia.

A GUERRA DO YOM KIPPUR E A INVASÃO DO LÍBANO

Em 1973, o Egito e a Síria atacaram Israel, não para avançar com a libertação da Palestina, mas para recuperar os territórios que tinham perdido em 1967. A *Guerra do Yom Kippur* permitiu ao Egito reconquistar a Península do Sinai. Em contrapartida, o Egito traiu os palestinos *ao normalizar* as relações com Israel e ao tornar-se o primeiro Estado árabe a reconhecê-lo, através dos *Acordos de Camp David* liderados pelos EUA de Jimmy Carter.

Durante as negociações, os regimes árabes, desejando relações mais estreitas com os EUA, pressionaram a OLP para abandonar o radicalismo. “*O Fatah cedeu, abandonando o seu objetivo principal (a libertação de toda a Palestina) a favor da perspectiva de um mini-Estado que os EUA iriam pressionar Israel a conceder*”³.

Palestino em protesto contra o ataque à Mesquita em Gaza



Em 1974, Arafat apelou oficialmente para uma solução de *dois Estados* e aceitou as resoluções da ONU que dividiam a Palestina. Num famoso discurso perante a Assembleia Geral, Arafat ofereceu a Israel um “compromisso histórico”, enquanto acenava com uma arma numa mão e um ramo de oliveira na outra, reconhecendo essencialmente o Estado de Israel.

Em 1982, Israel invadiu o Líbano com o objetivo de acabar com a OLP, com um genocídio criminoso de 30 a 40 mil palestinos e libaneses mortos, 100 mil feridos graves e meio milhão de pessoas expulsas de suas casas.

Com a cidade de Beirute cercada e sitiada, foi negociado um acordo entre os EUA, o Rei Fahd da Arábia Saudita e Arafat para que uma força multinacional assegurasse a passagem segura dos 8.300 combatentes da OLP de Beirute para Tunes.

AS INTIFADAS

Em 1987, uma nova direção local palestina nos territórios ocupados lançou a *Primeira Intifada* (*revolta*, em árabe) contra o agravamento das condições econômicas e políticas do povo palestino. Os protestos foram heroicos, chamando a atenção dos meios de comunicação internacionais, expondo ao mundo a colonização sistemática de Israel contra a Palestina.

Naquele período, Arafat era quase irrelevante na Tunísia, enquanto os ativistas e políticos locais lideravam a luta no terreno. No entanto, a *Intifada* foi contagiosa e os protestos se alastraram na Argélia e no Egito, criando uma ameaça aos regimes locais.

Arafat foi convocado para ajudar a desmobilizar a *Intifada*, fazendo acordos secretos com os EUA e Israel e usando a sua credibilidade para convencer os palestinos de que estava negociando uma *solução final* para a Palestina. É claro que só conseguiu a desmobilização, aumentando a desilusão do povo palestino.

A OLP completou a sua evolução no caminho da *coexistência pacífica* com Israel na sua 19ª reunião do Conselho Nacional Palestino (CNP), em 1988, em que Arafat emitiu uma *Declaração de Independência* da Palestina. Enquanto a *Intifada* se confrontava com as tropas israelenses nos territórios ocupados, o CNP reconhecia Israel, aceitava a resolução da ONU de 1947 que dividia a Palestina, propunha que o Estado palestino independente se situasse na Cisjordânia e em Gaza (apenas 23% da Palestina anterior a 1947), renunciava ao “terrorismo”, ou seja, à luta armada, e apoiava a diplomacia como meio de alcançar o mini-Estado.

Essas concessões importantes abriram caminho para Oslo, os acordos que os EUA mediaram na capital norueguesa em 1993 entre Israel e a OLP, que levaram ao reconhecimento final da primeira por parte da segunda. Para isso, desmobilizaram a *Intifada* popular iniciada em 1987 e oficializaram a falência do *Fatah* e da OLP como verdadeiros dirigentes da luta para a libertação palestina. ✎

1. Carta Nacional Palestiniana, revista em 1968.

2. Edward Said. *La cuestión palestina*. Barcelona: Ed. Romanyá Valls S.A., 2013. p. 220.

3. Phil Marshal. *Intifada: Zionism, imperialism and Palestinian resistance*. Victoria: Red Flag Books, 2019.



Ahed Tamimi em protesto contra Israel

De Oslo até hoje, QUAL A SOLUÇÃO?

POR ALEJANDRO BODART

“Agora é o momento de nos unirmos com um propósito de avançar para alcançar a vitória em conjunto com forças conjuntas e uma profunda crença na justiça, uma profunda crença na eternidade do povo judeu. Realizaremos a profecia de Isaías (60:18): «Não se ouvirá mais violência na tua terra, desolação nem destruição dentro das tuas fronteiras; mas aos teus muros chamarás Salvação, e às tuas portas, louvor.»”

Assim disse Netanyahu na televisão, no final de outubro deste ano, ao anunciar um novo ataque contra Gaza. Dias antes, twitou uma mensagem semelhante, posteriormente deletada: *“Esta é uma luta entre os filhos da luz e os filhos das trevas, entre a humanidade e a lei da selva”*. Usar esse tipo de retórica no século XXI significa o saudosismo aos tempos mais cruéis.

Declara uma suposta “superioridade” nacional, racial e/ou religiosa do *povo escolhido*, sendo *iluminado, eterno e humano*, contra os oprimidos e inferiores, que são das *trevas, ladrões e selvagens*.

Sem deixar nenhuma inveja ao supremacismo nazista alemão ou ao *apartheid* sul-africano, a mensagem de Netanyahu é a justificativa ideológica, moral e até celestial do genocídio anti-palestino que o Estado de Israel comete desde a sua criação. Netanyahu já tinha deixado claro a sua vontade de aniquilação em setembro passado, na assembleia da ONU, ao mostrar o seu mapa do “novo Oriente Médio” com Israel ainda maior e sem a Palestina. Este mapa literalmente elimina o Estado palestino do mapa.

TRAIÇÃO DA OLP, ASCENSÃO DO HAMAS

A OLP surgiu em 1964 como uma frente nacionalista com um braço armado apoiado pelo Egito. Tinha como objetivo derrotar Is-

rael e substituí-lo por uma Palestina laica e democrática em todo o antigo território. Enquanto direção majoritária palestina, manteve durante quase uma década a política correta, que apoiávamos. Mas, a partir de 1973, quando o Egito reconheceu Israel como Estado, a direção da OLP começou a adaptar-se, a rebaixar o seu programa e a aceitar o Estado sionista. Essa capitulação foi acompanhada pela desmobilização e repressão das lutas populares, gerando mais descontentamento entre as suas bases.

As Intifadas, iniciadas em 1987 pela juventude palestina que se revoltou contra os ataques sionistas, esmagaram o aparelho burocrático do *Fatah*. Neste processo de radi-



Marcha em solidariedade à Palestina

calização, a organização jihadista Hamas ganhou força e manteve a política fundacional abandonada pela OLP: destruir o Estado opressor e terrorista de Israel.

Atingida pela intifada, por um lado, e pelo Estado sionista, por outro, em 1993 a OLP consumou uma traição histórica ao assinar, sob a tutela dos EUA, os *Acordos de Oslo*. Nos termos deste pacto, a OLP reconheceu o Estado de Israel e Israel aceitou um chamado “governo provisório” palestino em Gaza e na Cisjordânia, duas zonas isoladas uma da outra. Mas esse governo nunca existiu. A Faixa de Gaza é uma verdadeira prisão a céu aberto e a Cisjordânia está fragmentada por 175 postos de controle israelenses e mais de 250 colonatos sionistas ilegais¹.

O FRACASSO DA TENTATIVA DE “DOIS ESTADOS”

Os *Acordos de Oslo* avançaram no descrédito da OLP e reforçaram o Hamas. A aceitação da política *dos dois Estados* pelos dirigentes palestinos não amenizou o conflito. Nos anos seguintes, continuaram os confrontos entre a ofensiva israelense e a resistência palestina.

Enquanto as negociações estagnavam, em 2000, os jovens palestinos lançaram uma segunda revolta contra Israel: a *Segunda Intifada*, de *Al-Aqsa*, contra uma provocação sionista na mesquita sagrada. O número de mortos foi de 5 mil palestinos e 1 mil israelenses. O fato foi amplamente noticiado em todo o mundo. Em 2002, Israel começou a cercar a Cisjordânia. Essa revolta durou até 2004, quando Israel retirou alguns colonos de Gaza, mas manteve o controle do espaço aéreo e da costa.

A *Terceira Intifada* ocorreu entre 2008 e o início de 2009. Os ataques do Hamas causaram a morte de 11 soldados e 3 civis, enquanto os bombardeiros israelenses assassinaram 1.300 pessoas e deixaram mais de 5 mil feridos, além de destruírem inúmeros edifícios residenciais e infra-estruturas. Em 2014, registaram-se novos confrontos em Gaza.

Em 2011, surgiram em Israel fortes protestos contra o aumento dos preços, que se espalharam pelas redes sociais. Foi o chamado *boicote à ricota* (ou queijo cottage), um alimento popular. Cerca de 400 mil pessoas manifestaram-se em Tel Aviv. A crise chegou ao parlamento e as três empresas de laticínios foram obrigadas a baixarem os preços.

No final de 2017, quando Donald Trump reconheceu Jerusalém como capital israelense e transferiu para lá a embaixada dos Estados Unidos, explodiu a *Quarta Intifada*, conhecida como *Sexta-Feira da Fúria*. Israel já tinha anexado a cidade à sua jurisdição em 1980. A repressão sionista resultou em várias mortes de palestinos em Gaza e Ramallah.

Em 2018, Israel retrocedeu uma das suas leis básicas e constitucionais. Se definiu como *o Estado-nação do povo judeu*, com base na mentira de equiparar *a religião à nacionalidade*. O hebraico é a única língua oficial, discriminando o árabe. O direito à autodeterminação é reconhecido *apenas* aos judeus. Os



colonatos sionistas ilegais são considerados de *interesse nacional*. A *totalidade* de Jerusalém é compreendida como capital, violando a resolução da ONU que prevê a sua partilha com a Palestina.

Esse supremacismo permanente está no ADN do sionismo. Tal como Israel iniciou o seu expansionismo violento logo em 1947, antes de nascer como Estado, após a sua fundação continuou atacando e roubando partes do Egito, da Síria, da Jordânia e do Líbano, algumas mantendo até hoje a invasão. A maior parte destas operações militares foram condenadas por resoluções das Nações Unidas, que Israel viola sem qualquer sanção.

QUAL A SOLUÇÃO?

A política de *apartheid* e colonialismo de Israel durante 75 anos, fácil de constatar olhando o avanço israelense e o recuo palestino no mapa, demonstra o fracasso retumbante da falácia *dos dois Estados*, que continua sendo repetida desde os países do G20, passando por Lula, Jean-Luc Mélenchon, Bernie Sanders e os seus respectivos partidos.

É impossível viver com um assassino em série como vizinho, não há paz possível entre

um Estado opressor e o povo oprimido. Pela sua própria natureza, Israel é um Estado genocida. Se não for derrotado e desmantelado de uma vez por todas, não deixará um único palestino vivo na Terra.

Nem a Rússia, nem a China, que alguns consideram “progressistas”, se solidarizaram verdadeiramente com a luta palestina. Há setores da OLP-*Fatah* e da Autoridade Palestina que aceitam resignadamente como “solução” o *Estado de Israel com direitos iguais para os palestinos*. Ao mesmo tempo, a ONU, muitos governos, correntes políticas burguesas, social-democratas, alguns partidos comunistas e outros reformistas do mundo continuam insistindo na velha e equivocada política de *dois estados* vizinhos. Na esquerda, há algumas correntes que chegam a propor *dois Estados socialistas*, capitulando por outra via à existência de Israel.

É possível conseguir *uma Palestina livre e democrática* ou um *Estado binacional laico no marco* do capitalismo? Ou, como acreditamos, essa luta de libertação nacional, que deve enfrentar a presença de tropas imperialistas e os exércitos burgueses árabes, precisa de uma revolução socialista? Qual a solução para a Palestina no Oriente Médio?



Marrocos: Marcha
em solidariedade
à Palestina

POR UMA PALESTINA ÚNICA, LAICA, DEMOCRÁTICA, NÃO RACISTA E SOCIALISTA

Como a OLP manteve, durante quase três décadas, a luta contra o Estado de Israel e por uma Palestina laica e democrática em seu programa político, era correto que as correntes socialistas revolucionárias apoiassem este objetivo, compreendido como uma transição ao socialismo no país e na região.

Também foi correto manter esta política durante algum tempo após a própria OLP ter abandonado, uma vez que se tratava de uma exigência profundamente sentida pelo povo palestino. Com o passar do tempo, a política mudou. Para os revolucionários marxistas, não há lugar para o dogmatismo de repetir a mesma política de 30 anos atrás em situações muito diferentes, como fazem, equivocadamente, as correntes trotskistas da UIT, o IST e a LIT².

Desde os *Acordos de Oslo*, em 1993, a OLP capitulou perante Israel, reconhecendo-o e, embora não diga em voz alta agora, com o massacre sionista, recuando na fictícia solução de *dois Estados*. Alguns setores aceitam a esmola mínima de um Estado de Israel com direitos iguais aos palestinos. É o que propõe, por exemplo, o Secretariado Unificado mandelista: “Os nossos objetivos são o fim do colonialismo israelense e um Estado com direitos iguais para todo o seu povo”³.

Uma variante entre a linha de *dois Estados*,

um israelense e um palestino, ou apenas um, com direitos iguais para todos, é a de *um Estado binacional, democrático e laico*, proposta pelo PC Israel (*Maki*) e por alguns intelectuais de centro-esquerda. Outro erro, pois atribui uma entidade *nacional* ao que é essencialmente uma comunidade *judaica religiosa e implantada* artificialmente. Numa linha mais radical, alguns setores do trotskismo europeu propõem *dois Estados socialistas*, como a ISA⁴, ou um *Estado socialista binacional*, ambiguidades que não apontam para a necessidade de acabar com o Estado de Israel. Essas posições escondem também um grande ceticismo, descreditaando a luta do povo palestino pela reconquista do seu território e pela construção do seu Estado. Uma posição que os acontecimentos recentes desmentem.

O Hamas continua lutando contra o Estado de Israel e não o reconhece, mas temos diferenças irreconciliáveis com a sua estratégia. O seu projeto político é substituir Israel por um Estado-nação palestino capitalista e também teocrático, reinando a lei muçulmana ou *Sharia*, o que consideramos regressivo. Confirmado por Estados e regimes fundamentalistas islâmicos como o Irã e o Qatar, com governos que instrumentalizam o conflito palestino de acordo com os seus interesses políticos, ao mesmo tempo que reprimem a sua própria classe trabalhadora e oprimem as mulheres, LGBT+ e outras minorias. Além disso, uma parte da di-

reção do Hamas reconhece as fronteiras anteriores a 1967, o que constituiria efetivamente *dois Estados*, um plano há muito falho.

Inexistindo há muito tempo uma organização palestina com peso de massas que levante essa palavra de ordem histórica, a construção de uma direção socialista revolucionária implica uma disputa política estratégica contra esses projetos que compreendemos serem errados. A nossa solução é a luta *por uma Palestina única, laica, democrática, não racista e socialista*, como um impulso revolucionário em todo o Oriente Médio. Resumimos o conteúdo desta palavra de ordem política:

Única – é necessário recuperar a totalidade do território palestino original antes de 1948, quando Israel foi fundado com base no roubo, no êxodo forçado e no massacre. Só este, e nenhum outro, é o verdadeiro significado da expressão popular “do rio ao mar”, ou seja, toda a Palestina desde o rio Jordão até o Mediterrâneo.

Laica – não é um verdadeiro passo à frente substituir o atual Estado judeu teocrático de Israel por outro igualmente teocrático, mas islâmico. Todo o Estado deve respeitar a liberdade religiosa, ser totalmente laico e sem coação ou privilégios para qualquer religião.

Democrática – a Palestina não deve criar outro Estado, com um regime totalitário ou autoritário. Deve criar um regime plenamente democrático: uma república representativa pelos conselhos de autodeterminação popular, de *duplo poder*, que surgem no movimento revolucionário de libertação.

Não racista – a nova Palestina deve excluir qualquer forma de supremacismo ou discriminação da maioria contra qualquer outra comunidade religiosa, linguística ou minoritária. O novo Estado palestino deve oferecer a garantia de igualdade de direitos a todos que habitam, para que os trabalhadores e os jovens israelenses não sionistas participem nesta solução política.

Socialista – como já afirmamos, “a luta consistente pela libertação nacional palestina inclui, desde o início, o vínculo com as lutas das massas árabes da região e com as tarefas anti-imperialistas, anticapitalistas e socialistas. Não há etapas separadas entre a libertação nacional contra o opressor e a libertação social e de classe contra

os exploradores. Por exemplo, um governo revolucionário terá de: *desmantelar o Estado sionista de Israel e todo o seu aparato repressivo; recuperar e expropriar terras para garantir moradia a todos os residentes e refugiados que retornarem; recuperar e expropriar terras para garantir que todos os camponeses possam cultivar e produzir; nacionalizar, sob controle social, todas as empresas e bancos imperialistas ou sionistas; planificar democraticamente toda a economia a serviço e sob o controle do povo trabalhador [...]*



Uma Palestina que recupere todo o território anterior a 1948, que seja laica, não racista e democrática não será alcançada na estrutura do capitalismo, mas com uma ruptura e sendo parte de uma revolução socialista local e regional”⁵.

Estado Espanhol e Inglaterra: marchas em solidariedade à Palestina

Ao mesmo tempo, a questão do direito humano dos refugiados a regressarem ao seu território de origem, a Palestina, mostra a necessidade estratégica de unificar as massas árabes-palestinas da região num mesmo processo de luta⁶. Para além dos povos de Gaza e da Cisjordânia, sob permanente agressão sionista, existem dezenas de outros campos de refugiados palestinos na



Jordânia (10 campos, com 2 milhões de pessoas), na Síria (12 campos, com 550 mil pessoas), no Líbano (12 campos, com 470 mil pessoas) e noutros países. Também de origem árabe ou mestiça, existem 20% da população israelense que se autodenominam *palestinos em Israel* e são cidadãos de segunda ou terceira classe no Estado sionista, e hoje ainda mais hostilizado.

É indispensável uma unidade regional árabe-palestiniana, com o objetivo de superar e derrubar as fronteiras artificiais impostas pela divisão imperialista. Para isso, é necessário organizar a luta política contra os governos capitalistas árabes, alguns aliados mais ou menos explícitos de Israel, dos Estados Unidos ou de outras potências imperialistas. Falamos das monarquias da Arábia Saudita, do Bahrein, do Marrocos e dos Emirados Árabes Unidos, assim como os governos do Egito e do Sudão. Todos clamam pela *normalização* com seu reconhecimento cúmplice do Estado

opressor israelense e pelo restabelecimento das relações.

Reafirmamos: *“A Palestina só pode avançar para uma mudança emancipatória e revolucionária sendo parte do impulso pela revolução socialista em todo o Oriente Médio, com a estratégia de construir uma federação livre de repúblicas socialistas na região. Como a onda de contágio durante a primeira e a segunda Primavera Árabe confirmou, os caminhos comunicantes são muitos. Mas é urgente uma direção revolucionária para garantir que essas rebeliões populares não fiquem estagnadas e recuem, mas que avancem em direção à verdadeira e definitiva Primavera Árabe: uma Palestina e um Oriente Médio socialista”*. 🌍

Argentina:
Marcha em
solidariedade à
Palestina



1. A Cisjordânia está dividida em três zonas: Zona A, sob controle exclusivo dos palestinos; Zona B, sob controle militar israelense e de civis palestinos; 60% da Zona C, sob controle exclusivo de Israel.
2. Unidade Internacional dos Trabalhadores (UIT), Tendência Socialista Internacional (IST) e Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT).
3. <https://fourth.international/es/566/asia/546>
4. Alternativa Socialista Internacional (ISA), em: <https://internationalsocialist.net/en/2023/11/middle-east-2>
5. <https://lis-isl.org/2023/10/26/unica-laica-no-racista-democratica-y-socialista-palestina-cual-es-la-salida-de-fondo/>
6. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelece: “Art. 13 – 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a esse regressar”. Israel não reconhece este direito aos palestinos.
7. Idem, Nota 5.

I Congresso PAN-AFRICANO da LIS

O I Congresso Pan-Africano da Liga Internacional Socialista aconteceu em Nairóbi, Quênia, entre os dias 28 de agosto a 1º de setembro de 2023. Organizado pela Coordenação da Internacional e sua seção no Quênia, a Liga Socialista Revolucionária (RSL), que sediou o evento. Participaram representantes de organizações de 14 países africanos, além do Haiti e do Brasil, e camaradas da Coordenação da LIS na Argentina e no Paquistão.

Todos os delegados africanos que participaram são jovens de organizações socialistas, estudantis ou feministas, demonstrando a vontade generalizada da juventude de se organizar para lutar pela transformação de sua realidade. Essa juventude é parte da geração influenciada pela Primavera Árabe, que abalou o continente e outros países na década passada. Entendem que seus países possuem uma imensa riqueza que é saqueada pelo imperialismo e por alguns capitalistas locais, mas que é possível acabar com os tiranos e querem se organizar para transformar tudo.

Um dos debates centrais do Congresso foi o levante contra o imperialismo francês que resultou nos golpes nos últimos anos em Burkina Faso, Mali, Gabão, Guiné-Bissau e Níger. Houve acordo sobre a necessidade de apoiar o levante popular anti-imperialista, sem apoiar politicamente as direções militares capitalistas e alertar contra o perigo de substituir um Senhor por outro, expulsando a França e abrindo as portas para a Rússia ou a China.

Outro ponto central foi sobre a questão de gênero, sobre a grave e generalizada violência contra as mulheres na África. Foi aprovada a construção de várias campanhas locais e de apoio às lutas em andamento, além de campanhas internacionais com a Comissão de Gênero da LIS. Também foi



aprovado estender a campanha da “Revolução da Fome” realizada pelos companheiros da RSL do Quênia e a luta contra as bases militares e a pilhagem imperialista no continente.

O congresso foi um grande passo para a organização revolucionária no continente e um ponto de partida para seguir. Com as várias delegações, iniciamos um trabalho de coordenação e ação conjunta com a LIS para avançarmos no continente. Ao mesmo tempo, o impacto do evento aproximou a LIS de várias outras organizações com as quais não tínhamos contato.

Tudo indica que há um enorme espaço para a construção de organizações revolucionárias na África com milhares de jovens, se estivermos dispostos a construir uma organização com métodos saudáveis e democráticos, com base em um programa de princípios e ação conjunta na luta por um mundo socialista. Isso é o que a LIS tem feito e o que pretendemos fazer na África e no resto do mundo.

Segue o Manifesto aprovado pelo I Congresso Pan-Africano da LIS. 🐦

MANIFESTO

do I Congresso Pan-Africano da LIS



Níger: milhares de pessoas nas ruas contra a França

A África é um continente de imensa riqueza e, ao mesmo tempo, concentra os níveis mais extremos de pobreza e desigualdade no mundo. A pilhagem e o genocídio, aplicados pelo capitalismo colonial e imperialista, não se encerrou com a independência formal conquistada no século passado. As corporações multinacionais e um punhado de parceiros capitalistas locais continuam saqueando fortunas e mergulhando os povos do continente na pobreza e na fome. Os governos africanos são cúmplices da pilhagem, parceiros do imperialismo no roubo de nossos recursos e mão de obra, criando políticas que facilitam esse roubo e a repressão de nossos povos, para mantê-los sempre oprimidos.

Os Estados imperialistas e suas agências multinacionais administram nossas economias,

promovem golpes e guerras civis e até mesmo invadem nosso território e nos massacram diretamente, para sustentar sua pilhagem. Quando, impulsionados pelo resultado dessas políticas, muitos africanos buscam uma saída nas migrações. Somos jogados na discriminação, repressão e na violência. Milhares de vidas são perdidas na tentativa de encontrar um futuro melhor para nossos filhos.

Apesar da conquista da independência formal contra as potências coloniais ao longo do século XX, muitos países africanos enfrentaram obstáculos significativos para estabelecer a plena soberania e autodeterminação. A maioria conquistou sua “independência” há algumas décadas, mas segue sob o jugo de seus antigos senhores coloniais. No Quênia, na África do Sul, no Zimbábue e em outros países, as lutas

armadas foram travadas com pouco ou nenhum sucesso. A maioria dos Estados africanos negociaram sua independência. Aí temos o resultado das pilhagens.

O neocolonialismo está entranhado pela exploração econômica, a interferência política e o hegemonismo cultural. As corporações multinacionais, muitas, sediadas nos antigos países coloniais, exercem enorme influência sobre as economias africanas, explorando recursos naturais e criando dependência econômica. Além disso, as potências imperialistas mantêm sua influência política apoiando ou influenciando líderes e políticas nacionais, o que determina o curso do desenvolvimento nacional.

Não há como sair dessa miséria neocolonial sem confrontar todo o imperialismo, tanto as antigas potências, como França, Grã-Bretanha e EUA, quanto as novas potências, como Rússia e China. **Devemos lutar para acabar com todos os senhores imperialistas, não para trocar um por outro.**

Essa luta anti-imperialista e anticolonial envolve, necessariamente, a luta lado a lado de nossos companheiros saarauis pela libertação da última colônia de nosso continente, o **Saara Ocidental**, contra as mãos de um parceiro do imperialismo europeu: o Reino do Marrocos.

Também nos solidarizamos com o heroico povo do **Haiti** e repudiamos a atitude cúmplice de alguns governos africanos que fazem o jogo do imperialismo ocidental ao se oferecerem como representantes das intervenções militares.

Estamos ao lado de nossos irmãos do **Níger** contra o imperialismo francês e o defendemos com todos os métodos à nossa disposição, caso as ameaças de invasão dos colonialistas se concretizem. Ao mesmo tempo, deixamos óbvio: o novo governo não é o nosso governo. No Níger, em toda a África e no mundo, não estamos lutando apenas contra o imperialismo, mas também pela derrota do capitalismo e pelo governo dos trabalhadores para a criação de conselhos democraticamente eleitos.

O único caminho para a libertação da África é a unidade dos povos africanos, que foram divididos pelo imperialismo capitalista, com seus parceiros locais na burguesia e com governos cúmplices. É por isso que, não estamos unidos por uma identidade étnica ou nacional, mas por uma classe social. Os trabalha-

dores, os camponeses, explorados e oprimidos da África não têm nada em comum com os ricos representantes africanos do imperialismo. Temos mais em comum com os trabalhadores do resto do mundo, do que com eles. A libertação da África não será alcançada com os parceiros locais do imperialismo: será conquistada com a unidade de classe dos povos africanos com os trabalhadores do mundo inteiro. É por isso que estamos construindo um movimento anticolonial e anti-imperialista, do **pan-africanismo revolucionário**, para erguer uma África socialista unida e um mundo socialista.

Nosso movimento é **classista**. Os trabalha-



dores produzem toda a riqueza do mundo e, portanto, têm o poder social e a capacidade de interromper a produção e reorganizá-la sob seu controle democrático. Buscamos construir o fator subjetivo da revolução, o sujeito social da revolução, a força social capaz de dirigir todos os oprimidos do mundo para mudar o mundo.

Nosso movimento é **internacionalista**. Os trabalhadores de todo o mundo têm os mesmos interesses e se opõem aos mesmos inimigos opressores e exploradores. A burguesia tem instituições que defendem seus interesses em todo o mundo por meio de seus blocos imperialistas, da ONU, do FMI ou do Banco Mundial. Somente um movimento unido dos trabalhadores de todo o mundo pode enfrentar com sucesso a burguesia imperialista.

Nosso movimento é **anticapitalista**. O capitalismo decadente, em crise, não tem nada para oferecer à humanidade, apenas mais ex-

ploração, opressão, fome, guerra e destruição do meio ambiente. Esse sistema, tentando inutilmente superar sua crise, ataca os direitos trabalhistas, sociais e democráticos, impõe ditaduras sangrentas, provoca massacres étnicos e religiosos, fomenta intervenções armadas e promove a destruição do planeta para garantir seus lucros. Não há democracia real sob esse sistema: a única democracia possível vem das mãos dos trabalhadores e de suas próprias organizações. É por isso que lutamos pela destruição desse sistema e pela construção do socialismo mundial.

Nosso movimento é **revolucionário**. O capitalismo não pode ser reformado, somente as massas mobilizadas, com os trabalhadores à frente e uma direção revolucionária, podem derrubá-lo. Em toda parte do mundo, as massas enfrentam repetidas vezes o caminho da rebelião e da revolução. Mas, todas as vezes, são bloqueadas por direções reformistas e burocráticas. É por isso que a crise histórica da humanidade se explica na crise de sua direção revolucionária.

Hoje, a tarefa central dos socialistas revolucionários é **construir partidos revolucionários e uma internacional** com influência de massas para impulsionar a mobilização permanente e derrotar os governos capitalistas, lutando pela destruição da ordem burguesa e pelo estabelecimento do **governo dos trabalhadores** e do **socialismo em todo o mundo**.

Defendemos a expropriação de todo grande capital, seja estrangeiro ou local. Defendemos a distribuição das terras entre aqueles que as cultivam e a construção de uma agricultura coletiva com técnicas modernas. Defendemos o direito à autodeterminação de todas as nacionalidades oprimidas. Defendemos o controle democrático dos trabalhadores sobre a produção e sobre o comércio. Defendemos a organização planejada dos recursos para as necessidades e o benefício de todos, não para os lucros de poucos. Defendemos o emprego com direitos, a alimentação, a assistência médica, a educação e a moradia como direitos de todos os membros da sociedade. Defendemos o fim de todas as bases militares imperialistas na África e em todas as partes do mundo. Defendemos direitos iguais para as mulheres e enfrentamos todas as formas de violência e discriminação. Todo investimento estrangeiro deve ser acesa-

do e decidido com total transparência, com a permissão e a supervisão de um governo democrático dos trabalhadores. Defendemos a abolição de todos os vistos e restrições de viagem para as massas trabalhadoras. Defendemos um mundo sem exploração nacional e de classe, opressão, desemprego e miséria.

Essa é a nossa tarefa estratégica. Ao contrário das experiências passadas, marcadas pelo burocratismo e pela imposição, nós nos unimos em torno dos princípios políticos, ideológicos e de ação já mencionados, **com absoluta independência política** contra qualquer força burguesa. Mas com flexibilidade tática para nos vincularmos aos processos reais da luta de classes e em um espaço de debate fraterno e ação conjunta. Construímos uma organização internacional para a intervenção concreta na luta de classes global, a realização de campanhas internacionalistas e a colaboração mútua na construção das ferramentas de luta. Com o método do centralismo democrático saudável para debater, decidir entre todos e agir como um só punho na luta de classes.

Esse é o projeto que a **Liga Internacional Socialista (LIS)** está construindo, reunindo dezenas de organizações e milhares de militantes nos cinco continentes, para unir os revolucionários do mundo, superando as divisões nacionais, étnicas ou de identidade, com o objetivo de unificar a classe trabalhadora na luta pelo socialismo mundial. A **Liga Socialista Revolucionária (RSL)** do Quênia incorpora esses princípios e foi a anfitriã deste I Congresso Pan-Africano da LIS.

Esse Congresso busca se expandir na África. Convocamos as organizações e os ativistas que desejam fazer parte dessa nova construção revolucionária na África para enfrentar esse desafio juntos e lutar por um futuro socialista. Estamos falando de uma oportunidade importante para construir e ampliar a LIS em todo o continente africano.

Irmãos e irmãs de classe de toda a África, uni-vos! Não temos nada a perder além de nossos grilhões. Temos um mundo a ganhar!

África moja, África huru, África ya kisialisti!

África unida, África livre, África socialista!

Nairóbi, Quênia. 30 de agosto de 2023. ✊



Níger: "Abaixo o Imperialismo"

A instabilidade e os **GOLPES DE ESTADO** na África são alimentados pelo capitalismo

O atual aumento de rebeliões na África, assim como as ondas anteriores, tem uma forte ligação com a crise cíclica do capitalismo, onde o continente é particularmente vulnerável, ampliado por programas inadequados de descolonização e ajustes estruturais impostos pelos líderes da globalização econômica. Analisar a violência estrutural da dinâmica do poder colonial pela perspectiva marxista mostra a não passividade dos sujeitos.

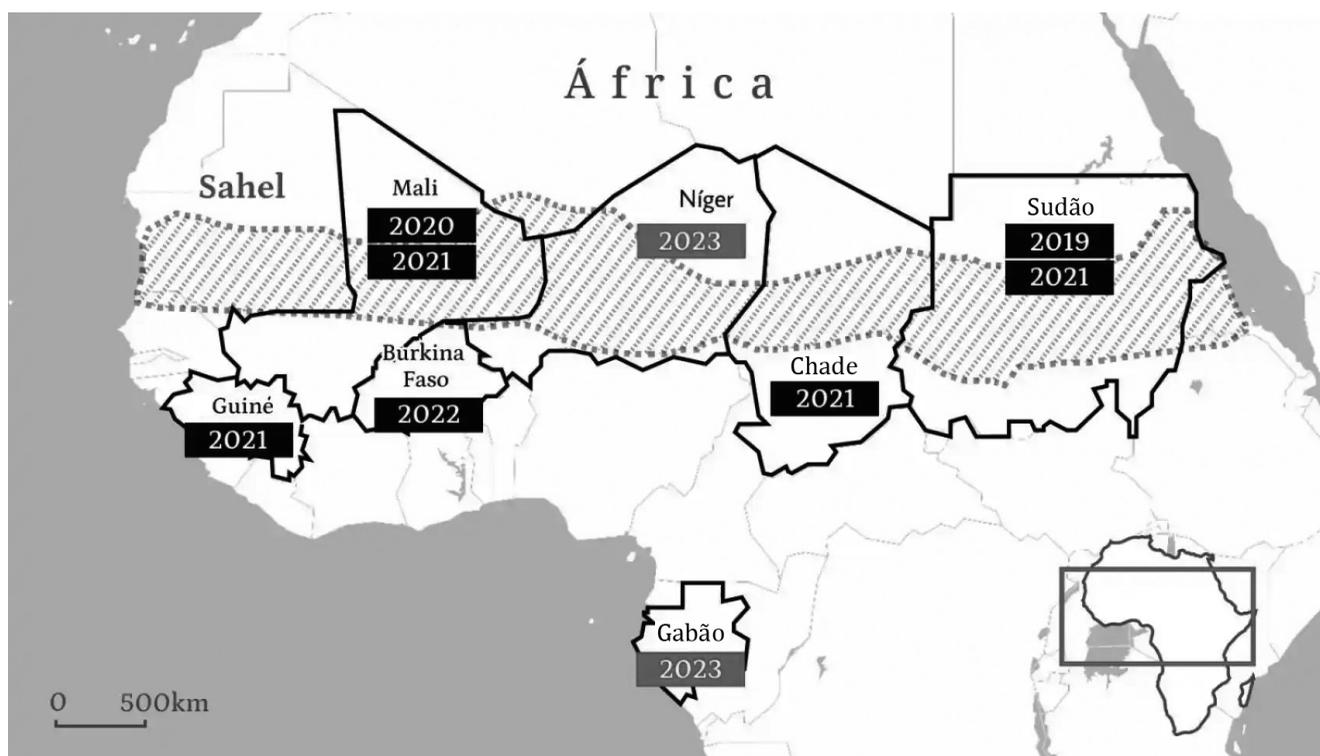
POR EZRA OTIENO

Embora a história seja feita de inércia e velocidade, o movimento é dialético e deixa em aberto a possibilidade de escolha, de modo que diferentes atores seguiram caminhos opostos. Alguns dirigentes africanos pós-coloniais entraram no reino da exploração e levaram seus países ao conflito e à violência. Outros tentaram resistir, mas foram esmagados pela tirania "democrática" do comércio.

A guerra e a violência generalizada na África são resultados tanto da violência estrutural colonial impulsionada pelo comércio quanto das decisões tomadas por muitos dirigentes africanos de buscar relações mercantis com seu próprio povo.

A chegada de um governo militar no Níger marca um ponto de inflexão no Sahel. O rápido colapso do governo em Niamei, capital do Níger,

As potências coloniais buscaram o lucro, criando uma ideologia, construindo e sustentando uma dialética de conexões sociais que correspondiam ao lucro. Essas ações transformaram o desejo, a alegria e o terror em relações sociais movidas pela ganância.



apoiado pela França e considerado, pelas potências ocidentais, um bastião essencial da estabilidade, é apenas o mais recente de uma sucessão de golpes anti-França em uma região vítima da instabilidade causada pelas intervenções imperialistas. Mas, ao mesmo tempo em que usam uma retórica anticolonialista que se amplifica em toda a África, esses novos governos buscam o apoio da Rússia, estabelecendo uma nova e significativa frente no conflito entre os imperialistas ocidentais e a Rússia.

A prisão do presidente do Níger, Mohamed Bazoum, em 26 de julho, seguida pela declaração de um governo militar, provocou um aumento imediato nas tensões regionais. Após sofrer golpes do chamado “cinturão golpista”, que se estende da Guiné, no oeste, ao Sudão, no leste, o imperialismo ocidental e seus aliados locais estão visivelmente em pânico e procurando formas de proteger seus interesses na região.

A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), apoiada pelo Ocidente e liderada pela Nigéria, impôs duras sanções e até ameaçou uma intervenção militar caso Bazoum não retornasse ao poder até o final da mesma semana. A Nigéria já cortou o fornecimento de energia para o Níger, afetando 70% da eletricidade do país, em uma tentativa de exercer mais pressão.

Isso levou os governos do Mali e de Burkina Faso a declararem que “uma intervenção militar

contra o Níger seria uma declaração de guerra” contra seus países, enquanto a Guiné apoiou o golpe e se recusou a impor sanções. Dois blocos regionais foram criados, trazendo mais guerra e instabilidade.

O presidente francês Emmanuel Macron reagiu com ódio, dizendo que “*não toleraria nenhum ataque contra a França e seus interesses*” e ameaçou tomar medidas “*imediatas e intransigentes*” no caso de um ataque desse tipo.

Apesar da retórica acalorada, a França e a UE até agora limitaram sua resposta à suspensão da ajuda financeira ao Níger e à retirada de cidadãos europeus do país. O ministro das Relações Exteriores da França rejeitou qualquer intenção de intervir militarmente.

Os protestos e as lamentações na mídia ocidental sobre a “democracia” na África são uma hipocrisia. Na realidade, décadas de exploração e intervenção imperialista na região lançaram as bases para a atual catástrofe.

Desde que se tornou uma colônia francesa em 1922, o Níger tem sido forçado a viver com altos níveis de pobreza e dependência econômica. Mais de 41% da população vive abaixo da linha de pobreza absoluta do Banco Mundial, que é de US\$ 2,25 por dia. Apenas 11% têm acesso a saneamento básico adequado.

A grande maioria dos nigerenses vivem na extrema pobreza, dependendo do pastoreio nômade e da agricultura para subsistência no campo

ou trabalhando no indefinido “setor informal” nas cidades. A escravidão ainda é praticada em algumas partes do país, e estima-se que 7% da população seja escravizada em trabalhos forçados.

Ao mesmo tempo, o Níger é o 7º maior produtor de urânio do mundo. Também exporta ouro e petróleo. No entanto, como costuma acontecer em sociedades empobrecidas e dominadas, nem um único centavo desse dinheiro chega no bolso das pessoas.

A grande maioria das minas de urânio do Níger pertence e é administrada por empresas estrangeiras: a francesa Orano controla uma parte importante. Enquanto isso, mais de US\$ 2 bilhões em “ajuda” internacional para o desenvolvimento são consumidos por uma burocracia estatal inchada e corrupta na capital, que constitui essencialmente uma elite dependente que domina o país ao interesse de seus senhores.

O flagelo do monstro criado e sustentado pela ação imperialista no Oriente Médio e no norte da África, somou-se à crescente desertificação do país em decorrência das mudanças climáticas. A ação da OTAN na Líbia em 2011, apoiada principalmente pela França, em nome da “democracia”, mergulhou a nação na selvageria das disputas entre senhores da guerra e o crescimento de mercados de escravos na costa do Mediterrâneo.

Mas a desestabilização feita pelo imperialismo estrangeiro não termina aí. A queda do Estado líbio levou armas e combatentes diretamente para a zona do Sahel, do outro lado do Saara. O Boko Haram, uma organização terrorista, está estabelecendo um ponto de apoio permanente no nordeste da Nigéria, enquanto o ISIS e as forças ligadas à Al Qaeda invadiram o Mali, Burkina Faso e o Níger.

Em 2013, o governo “socialista” de François Hollande enviou 1.700 soldados franceses para o Mali a pedido do governo malinês, fundado por um golpe no ano anterior. Nos anos seguintes, as tropas francesas se tornaram uma força de ocupação permanente com cerca de 3 mil soldados, trabalhando ao lado das forças dos EUA em 5 países.

Entretanto, longe de reduzir o perigo terrorista, o imperialismo ocidental o amplificou. De acordo com um ex-combatente islâmico citado pela *The Economist*, a pobreza e a instabilidade da região proporcionam um campo de recrutamento para as organizações islâmicas, que prometem aos jovens carentes “dinheiro, mulheres,

comida e uma motocicleta”. Enquanto isso, as forças francesas e estadunidenses são amplamente vistas, e com razão, como gananciosas por pensarem apenas em seus próprios interesses capitalistas.

Como resultado, uma profunda raiva vem se acumulando em toda a região, não apenas como resultado do fracasso da intervenção francesa em derrotar os terroristas, mas também como resultado de um forte ódio ao colonialismo francês, simbolizado pela presença das tropas francesas. Houve manifestações na região, exigindo a retirada do exército francês e frequentemente lembrando a luta de suas próprias nações pela independência.



Exército do Níger

Essas manifestações foram reprimidas por governos armados e patrocinados pelo Ocidente. Por exemplo, no Níger, que havia sido elogiado como um “refúgio da estabilidade” pelo principal diplomata da UE, Josep Borrell, o então governo “democrático” usou a força para reprimir os manifestantes anti-franceses. Mas, como Marx observou há muito tempo, quando se confia constantemente em grupos armados de homens para manter a “ordem”, o que os impede de finalmente decidirem dominar toda a sociedade?

Nesse contexto, a agitação das massas, a instabilidade política e os golpes de Estado ocorreram e são um resultado do desejo do imperialismo francês de adentrar no Sahel. Desde 2020, vários golpes ocorreram no Mali, na Guiné e em Burkina Faso.

Na ausência de uma direção revolucionária capaz de canalizar a atitude crescente de raiva e



hostilidade em relação ao imperialismo ocidental, os comandantes militares agiram acima das massas sob o pretexto de preservar a “soberania” e a “ordem”, capitalizando esse sentimento para subir ao poder.

Os golpes no Mali, em Burkina Faso e no Níger foram recebidos com protestos de apoio e centenas de pessoas carregando faixas contra a França. As tropas francesas foram retiradas dos territórios do Mali e de Burkina Faso. O Mali até excluiu o francês como idioma oficial.

O capitão Ibrahim Traore, líder interino de Burkina Faso, optou conscientemente por homenagear Thomas Sankara, o renomado líder da luta anticolonial de seu país. Apollinaire Joachim Kyélem de Tambèla, primeiro-ministro, é um notável “sankaraísta”, e todos os parlamentares concordaram em aceitar um corte de 50% no salário.

Certamente, nenhum desses regimes desafiou o capitalismo, expropriando as corporações internacionais que continuam a abusar da região. No entanto, a retórica anti-imperialista empregada se encaixa na atitude revolucionária mais ampla que prevalece em grande parte do povo africano, bem como em seu ódio arraigado contra o imperialismo ocidental.

O IMPERIALISMO DA NOVA ERA

A “alternativa” pelo caminho da Rússia, que está preenchendo o vácuo deixado pelo Imperialismo Ocidental em partes da África, é um novo fator vital na equação. Os regimes golpistas no

Mali, em Burkina Faso e no Níger combinaram a retórica anticolonialista com promessas de lealdade à Rússia. Os manifestantes do golpe são frequentemente vistos agitando a bandeira russa. Essa realidade é fundamental para a mudança nas relações globais que se intensificou desde o início da guerra na Ucrânia, há mais de um ano.

No continente africano, o relativo colapso do imperialismo dos EUA e da Europa é particularmente visível. A China tornou-se o maior parceiro comercial da África, enquanto a Rússia se estabelece em vários países, principalmente naqueles influenciados pelo imperialismo francês.

O envolvimento econômico da Rússia na África continua limitado em comparação ao da China, mas sua assistência de armamentos e soldados do Grupo Wagner rendeu alguns aliados cruciais. De acordo com o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo, a Rússia já é o principal exportador de armas para a África subsaariana.

O grupo mercenário russo Wagner tem sido usado para sustentar a ditadura existente na República Centro-Africana. Em troca, adquiriu a propriedade de várias minas de ouro, principalmente a Ndassima, além de contratos para extração de madeira. O governo do Mali recebeu publicamente a Wagner para ajudá-lo na luta contra o terrorismo.

O imperialismo russo, por sua vez, ajustou a rota para tirar o máximo proveito da situação. Putin fez uma exibição cínica de suas recém-descobertas “anticoloniais”. Em um discurso em setembro de 2022, ligou o conflito ucraniano à batalha

contra o colonialismo ocidental, apontando seu envolvimento com “a escravidão, o genocídio de povos indígenas na América, a pilhagem da Índia, a pilhagem da África”.

Em reunião da cúpula Rússia-África em Moscou, que ocorreu enquanto o golpe no Níger se desenvolvia, Putin citou Nelson Mandela e listou uma série de personalidades da luta africana pela libertação contra o imperialismo, incluindo o primeiro-ministro congolês Patrice Lumumba, assassinado pela articulação da Bélgica e dos EUA.

A mídia ocidental foi rápida em descartar a cúpula pelo fato de menos países estarem presentes, em relação à última realizada em 2019, mas isso intencionalmente obscurece o fato de que 19 chefes de Estados africanos compareceram, desafiando as fortes ameaças ocidentais, criticando o Ocidente e aplaudindo a Rússia. Retóricas à parte, Putin ofereceu aos países africanos armamentos, grãos baratos e perdão de dívidas para ajudá-los a lidar com o aumento dos custos e das taxas de juros.

QUAIS AS MOTIVAÇÕES?

O golpe militar no Níger foi uma derrota humilhante para o imperialismo francês e um retrocesso significativo para o Ocidente na África. A França foi forçada a transferir soldados do Mali e de Burkina Faso para o Níger. Isso foi chamado de “dominó final”. Apenas o Chade continua sendo uma base de apoio, e está longe de ser certo que continuará assim, dada a crescente agitação anti-francesa no país e o conflito no Sudão, no leste. A perda do Níger não só põe em risco o acesso europeu ao ouro e ao urânio da região, mas também a construção de um gasoduto da Nigéria para a Argélia, que começou no ano passado, prejudicando a segurança energética da UE.

Além disso, a França e a UE dependiam de regimes como o do Níger para tentar conter o fluxo de migrantes da África Subsaariana para a Europa. Não é de surpreender que o Ocidente e seus aliados estivessem exercendo o máximo de pressão possível sobre o governo anterior.

Isso tem ramificações não apenas para a África, mas também para a crise capitalista global. Qualquer expressão da luta das massas africanas pela independência de séculos de dominação ocidental deve ser levada a sério por todos os trabalhadores do mundo. Não devemos derramar lágrimas pela farsa corrupta da “democracia” ocidental.

Além do Sahel e do continente africano, essa mudança representa uma nova fase da crise do imperialismo ocidental e da divisão do mundo em potências concorrentes - a “multipolaridade”, comumente chamada.

A Rússia constrói suas próprias aspirações de “anticolonialismo” e “soberania”, da mesma forma que o Ocidente fez com sua retórica perfumada sobre “democracia”, “progresso”, “estado de direito” e assim por diante. Entretanto, nem a Rússia, nem a China planejam permitir que os vastos recursos naturais da África caiam nas mãos de seus trabalhadores e camponeses.



Níger: “Abaixo a França, Viva o CNSP”

O CAMINHO A SEGUIR

A intensa vontade do povo africano em derubar o imperialismo ocidental é totalmente progressivo e será um fator determinante na revolução africana. Entretanto, para vencer essa batalha, devem contar com sua própria força e com o apoio da classe trabalhadora internacional, não com a ajuda de Estados imperialistas concorrentes.

Somente um movimento de trabalhadores independente e internacionalista pode demolir os regimes reacionários impostos ao povo da África, transferir a riqueza do continente diretamente para as mãos da sociedade local e planejar a economia democraticamente para o benefício de todos. Na África e em todo o mundo, a escolha é uma: socialismo ou barbárie. 🌍

Leia o artigo: **Os Golpes de Estado na África**





AS LUTAS DAS MULHERES em Gana

POR ESTHER YIADOM

A teia da opressão envolve o povo de Gana e as mulheres da classe trabalhadora que suportam o peso deste fardo. Desde a sociedade escravocrata, passando pela sociedade feudal, até o capitalismo, nada mudou nas condições sociais das mulheres.

A situação das mulheres de hoje e sua causa principal, o patriarcado, estão ligadas às ideologias de propriedade dessas sociedades, e o capitalismo não é exceção. Atualmente, na maior parte da África, as mulheres são direta ou indiretamente consideradas propriedade privada e assim, sofrem várias formas de opressão. Em Gana, desde a infância, passando pela juventude até à velhice, os vestígios dos problemas criados pelas sociedades regressivas, inclusive o capitalismo, ainda pairam, o que contribuiu para a discriminação e a vulnerabilidade das mulheres. As lutas das mulheres se manifestam de diferentes maneiras, desde questões socioculturais, até econômicas. Apresentamos alguns desses aspectos a seguir:

LUTAS SOCIOCULTURAIS DAS MULHERES E MENINAS EM GANA

• CASAMENTO INFANTIL

A África Ocidental, em geral, tem as taxas mais altas de casamento infantil. O Níger, Mali e Senegal estão entre os países com os números mais altos. Mas Gana não escapa do casamento infantil. Há um desafio contra a quantidade de problemas no casamento infantil que ocorrem na maior parte do país, especialmente no cinturão norte. As taxas mais altas de casamento infantil são registradas nas regiões Norte, Alto Oriental, Região do Volta, Oeste e Alto Oeste.

O que influencia a decisão dos pais em trocar a filha por um dote, senão, o fato de as mulheres serem consideradas inferiores? Mas, um dos principais motivos apresentados pelos pais para o casamento infantil é a pobreza. Com tantas dificuldades para sustentar a família, os pais preferem vender as filhas para receberem um dote do casamento e usá-lo como sustento do restante da família. O dote é a quantia em dinheiro ou em animais que o noivo paga à família da moça. As vacas são muito caras em Gana e assim, o pai acha que pode conseguir muito dinheiro vendendo a vaca obtida

Dados demográficos de Gana

- População total: 32,84 milhões;
- População feminina: 16,46 milhões;
- O número de mulheres é 2,8% maior que o de homens. Nas áreas urbanas, esse percentual sobe para 5%, mas nas áreas rurais, o número de homens é 0,3% maior que o de mulheres;
- A faixa etária em idade ativa, entre 30 e 64 anos é formada majoritariamente por homens, nas regiões Western North, Ahafo e Bono Ahafo;
- Existe uma média de 66 pessoas dentro das faixas etárias consideradas dependentes (0 a 14 anos e acima de 65), para cada 100 pessoas em idade ativa para o trabalho, segundo o Relatório Geral do Censo de População e Habitação de 2021.

em troca da mão da moça para o casamento. Além disso, surge a oportunidade de depender do genro para obter apoio financeiro de tempos em tempos. Outro motivo se deve à crença tradicional de que não importa o quanto uma mulher suba na escala socioeconômica, no final acabará na casa de um homem. Portanto, será melhor para a família entregar a menina em um casamento precoce. Isso reforça o conceito errôneo de que as mulheres são propriedade privada de seus parceiros homens.

O casamento infantil afeta drasticamente muitas meninas. Elas abandonam a escola e isso, por si só, tem consequências terríveis, uma vez que são privadas da educação, é provável que enfrentem o problema do desemprego no futuro. Além disso, como seus corpos não estão preparados para a gestação, a saúde é afetada. Aquelas que se casam como segunda, terceira ou quarta esposa também sofrem muitos abusos das primeiras esposas. Outras ficam traumatizadas e levam uma vida infeliz pelo resto de suas vidas.

TROKOSI

Gana ainda não superou completamente o obstáculo das práticas culturais bárbaras. Pouco se fala e se faz contra a prática do *trokosi*. Porque? Por afetar apenas as meninas? A palavra *trokosi* é um

termo que significa *escravo dos deuses*¹. Se enganam os que acreditam que Gana aboliu todas as formas de escravidão! O governo diz que prefere acabar com a prática por meio de persuasão em vez de força.

Essa é uma daquelas práticas religiosas antigas que se tornaram quase impossíveis de erradicar. O *Trokosi* ocorre em comunidades muito remotas na Região do Volta, onde jovens virgens são escravizadas sexualmente para pagar por crimes e delitos cometidos por seus parentes. De acordo com a prática, as meninas são enviadas para servir no santuário para apaziguar a ira dos deuses. Essas meninas pobres são casadas com o sacerdote e, como há muitas delas, são vistas como rivais que precisam competir com seu “marido” por necessidades básicas, como comida. Quando as meninas dão à luz, essas crianças também ficam a serviço dos sacerdotes.

CAMPOS DE “BRUXAS”

Muitas pessoas querem envelhecer e desfrutar de uma vida confortável, mas duvidamos que esse seja o sonho de algumas mulheres da comunidade de Gambaga. Em julho de 2020, em Kafaba, uma comunidade remota na região de Savannah, Akua Denteh, uma mulher de aproximadamente 90 anos foi violentamente espancada até a morte por membros de sua comunidade, incluindo duas mulheres, que lideraram o ataque contra Akua. O incidente foi filmado e compartilhado nas mídias sociais, revoltando as pessoas. Os aldeões, incluindo os líderes tradicionais de Kafaba, acusaram a Sra. Akua de bruxaria e de causar infortúnio na comunidade rural, motivo da tortura dolorosa e do assassinato da idosa.

O linchamento e o isolamento de pessoas, a acusação de mulheres idosas de bruxaria e a segregação são um enorme problema em Gana, especialmente no norte do país. Centenas de mulheres idosas, inclusive viúvas, são confinadas em uma área remota de Gambaga, na região nordeste de Gana. Essas vítimas foram acusadas de “bruxaria” e de usar “magia negra” para causar infortúnios às suas famílias e comunidades. São banidas por seus parentes. São cerca de 25 cabanas redondas situadas no campo, que abrigam aproximadamente 100 detentas, sem acesso a cuidados médicos, alimentação, água ou serviços sociais básicos. Elas dependem principalmente de doações de indivíduos e organizações

que visitam a área. Além de Gambaga, há outros campos de “bruxas”: Kukuio, Gnani, Kpatinga e Bonyase, todos na região norte de Gana. As crenças culturais e religiosas regressivas do povo tornaram a vida dessas mulheres idosas uma escuridão. É uma pena que a vida de nossa população idosa esteja em perigo. Vários governos se passaram, mas nenhum conseguiu reduzir essa ameaça ou reintegrar as idosas pobres a suas comunidades.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Em 20 de abril de 2020, um inspetor de polícia casado matou a tiros sua namorada Victoria Dapaah, 26 anos, em Kumasi, por supostamente tê-lo traído com outro homem. No mês seguinte, um homem assassinou sua esposa de 25 anos em Nungua, em Accra, depois que ela pediu o divórcio. Esses incidentes se tornaram frequentes em Gana. Violência física, assassinatos, estupros ou violações dos corpos das mulheres com objetos e divulgações de fotos na internet, intimidações e outras formas de violência, são alguns dos dilemas que o patriarcado impõe contra as mulheres. O Escritório Regional de Accra da Unidade de Violência Doméstica e Apoio à Vítima (DOVV-SU) indicou em seus dados de 2020 que, somente no mês de agosto, 31,9% das mulheres haviam sofrido violência doméstica.

Esses são os casos relatados pelas mulheres que tiveram a coragem de se manifestar. Vale a pena observar que há muitas vítimas de violência doméstica que não conseguem falar abertamente sobre abuso sexual, assédio, espancamentos graves e outros abusos terríveis cometidos por seus parceiros, cônjuges, outros membros da família ou estranhos. Isso se deve ao medo de serem estigmatizadas, de perderem seus parceiros e de que, mesmo que denunciem, seja inútil e nada de bom aconteça.

Em casa, as mulheres são estupradas por seus parceiros, enquanto na escola elas têm de lidar com professores inescrupulosos que as pressionam a se envolver em relações sexuais para obtenção de notas. No local de trabalho, quanto menos for dito, melhor. Mesmo que uma mulher tenha todas as qualificações e habilidades, ela ainda tem de pagar o preço com seu corpo por uma oferta de emprego ou uma promoção. É improvável que as mulheres se abram sobre essas questões por medo do isolamento. Às vezes, para aquelas

que têm coragem de fazer isso, a família interfere no processo judicial sob o pretexto de resolver a questão fora do tribunal.

DESAFIOS ECONÔMICOS

As mulheres são as mais excluídas do emprego, com isso, a maioria vive do trabalho informal. Jovens ou idosas, estão envolvidas na agricultura e no pequeno comércio para se sustentar e alimentar suas famílias. Além disso, as mulheres que trabalham na agricultura contribuem para alimentar a população faminta de Gana e para a economia como um todo. Embora 52% da força de trabalho de Gana esteja envolvida na agricultura, cerca de 39% da força de trabalho agrícola é composta por mulheres. Isso sugere que as mulheres são a verdadeira espinha dorsal do crescimento e desenvolvimento econômico de Gana, já que o setor agrícola sozinho contribui com aproximadamente 54% do PIB do país.

Apesar dessas imensas contribuições das mulheres, seus esforços e seu potencial são prejudicados por barreiras, como a divisão sexual do trabalho. Nessa categorização, as mulheres são forçadas a trabalhar em cultivos de subsistência, como de mandioca, banana-da-terra e taro [inhame], enquanto os homens se concentram em culturas comerciais, como o cacau e o caju. Isso ocorre porque os homens são considerados os provedores e precisam investir em culturas que lhes permitam ganhar mais dinheiro para sustentar suas famílias, enquanto as mulheres, consideradas donas de casa, concentram-se em culturas de subsistência para alimentar a família. Além disso, as limitações ao acesso de terras, as facilidades de crédito e os insumos agrícolas deixam as mulheres em grande desvantagem. Em algumas comunidades, as mulheres só podem acessar terras agrícolas através de seus maridos ou chefes de família, por causa da cultura e da tradição dessas áreas. Como as mulheres não têm terras que possam dar como garantia, é difícil obter empréstimos para investir. Essas barreiras as forçam a cultivar em pequena escala e, conseqüentemente, não ter renda suficiente.

As vendas como ambulante e o pequeno comércio nas calçadas, nos mercados, em mesas ou no chão, é uma ocupação comum para a classe trabalhadora em Gana, especialmente para as mulheres. Nas áreas urbanas e periurbanas de Ac-

cra, Kumasi e das principais cidades, é comum ver meninas e mulheres com seus bebês vendendo sob o sol quente ou em noites frias. Aquelas que fazem isso nas calçadas e em “áreas não autorizadas” são frequentemente perseguidas por funcionários da assembleia distrital, mas essas mulheres arriscam suas vidas e continuam a comercializar. Elas vendem alimentos importados, água e mantimentos. A venda ambulante e o pequeno comércio são uma fonte de subsistência para mulheres jovens de baixa renda que vivem em áreas urbanas pobres. Sem isso, elas não teriam meios de sobrevivência.

Embora as mulheres que se dedicam à venda ambulante e ao comércio de pequena escala também constituam um segmento importante do mercado de trabalho em Gana, enfrentam muitos desafios. A maioria delas não obtém direitos econômicos suficientes para o comércio, vivendo com o que conseguem no dia. Além disso, muitas são vítimas de crimes, abusos sexuais, acidentes e doenças. Um dos principais fatores que afetam a situação das mulheres é a restrição financeira. Em condições econômicas adversas e com o alto custo de vida, as mulheres jovens precisam se envolver com a venda ambulante para sobreviver.

Em um país em que se dá tanta ênfase à educação formal para conseguir empregos formais e bem remunerados, as mulheres, que não têm acesso à educação, tornam-se vítimas do desemprego. Assim, optam por pequenos negócios para ganhar algum trocado e sustentar a si e a suas famílias. Não há oportunidades de emprego nas áreas rurais do país, obrigando as mulheres jovens a se mudarem para as cidades em busca de melhores oportunidades, entrando no comércio para cobrir suas despesas de hospedagem, alimentação e também para enviar algum dinheiro para suas famílias.

DESAFIOS POLÍTICOS

A participação plena e igualitária das mulheres em diferentes esferas da sociedade não se concretizou. Em casa, o homem é o chefe e na comunidade local de líderes, o chefe é o governante. Mesmo em algumas das comunidades em que as mulheres têm o privilégio de ter uma rainha-mãe, sua liderança está sujeita ao chefe e aos mais velhos. No local de trabalho, muitos homens preferem não ter uma mulher na chefia porque não

podem se submeter à liderança feminina. Os homens se sentem superiores às mulheres.

Nas eleições parlamentares de 2020, das 275 cadeiras, as mulheres conquistaram apenas 40, e a sociedade aplaude porque vê isso como uma melhora em relação às 35 cadeiras das eleições de 2016. Outros não se importam e usam a desculpa de que, mesmo que apoiem as mulheres em cargos parlamentares, elas servirão apenas aos interesses corporativos de seu partido e não necessariamente aos interesses das mulheres. É o argumento das forças reacionárias. A sub-representação das mulheres persiste no país e isso é uma consequência do patriarcado, da dominação masculina e das ideologias imperialistas.

Contra tudo isso, é necessário criar um instrumento político progressista que oriente as



mulheres e o país como um todo, no sentido de aumentar a conscientização sobre as causas fundamentais das lutas das mulheres e construir seu empoderamento para a criação de uma ordem social que caracterize a dignidade e o desenvolvimento das mulheres. 🌱

REFERÊNCIAS

- [Mulheres que conseguem pagar suas contas: vendedoras ambulantes em Kumasi. Desafios e restrições]. Michigan Sociological Review, vol. 27, 2013, pp. 25-43. Em: <http://jstor.org/stable/43150987>.
- [Violência doméstica em Gana: incidência, ações, determinantes e consequências]. Institute of Development Studies (IDS), Ghana Statistical Services (GSS) and Associates (2016). Brighton: IDS. Em: https://statsghana.gov.gh/docfiles/publications/DV_Ghana_Report_FINAL.pdf

1. No idioma Ewe.



Gana, 1958:
Conferência dos
Povos Africanos
(AAPC)

ÁFRICA, em linhas gerais

PABLO VASCO

Uma breve visão de um continente e de sua história nunca é suficiente. Apresentamos em nove temas uma visão geral básica da África para ajudar a conhecer e entender melhor sua estrutura e dinâmica.

ÁFRICA, BERÇO DA HUMANIDADE

Apesar dos racistas e machistas, toda a humanidade vem de uma mulher africana. Há cinco milhões de anos, os primeiros hominídeos surgiram lá. Em seguida, o *Australopithecus* andou sobre dois pés, o *Homo habilis* fez ferramentas simples e começou a comer carne, e o *Homo erectus* melhorou sua destreza e produziu o fogo. Finalmente, o *Homo sapiens* habitou a região fértil de Botsuana e, séculos depois, espalhou-se por todo o velho mundo.

Outros povos ocuparam o vale do Nilo e, por volta de 6 mil a.C., nasceu a agricultura. O excedente produtivo originou a civilização egípcia, que durou mais de 3 mil anos: uma economia agrícola, com diferenciação social e um Estado autoritário estruturado no trabalho escravizado. O Egito foi então dominado pelos impérios romano e, posteriormente, bizantino. A conquista árabe começou em 640 d.C. Assim como no Oriente Médio, foram formados califados no norte da África. Seu líder político e religioso foi o califa, sucessor de Maomé, eleito por um conselho de anciãos. Assim, durante a Idade Média, vários califados se sucederam até o

Califado Otomano. Ao mesmo tempo, na África subsaariana ou negra, tiveram dezenas de reinos e sociedades antigas: pequenas comunidades agrícolas, pecuaristas e comerciais, algumas delas matriarcais, com fronteiras e hierarquias sociais pouco nítidas. O mais poderoso foi o Império de Gana, que durou do século IV ao XII. A colonização europeia rompeu essa matriz social original.

2. ALGUNS DADOS GERAIS

- A África é o terceiro maior continente, depois da Ásia e das Américas. Tem cinco regiões principais: norte, central, leste, oeste e sul. O norte inclui o Magreb (do Marrocos à Líbia) e o Mashreq (Egito e Sudão). Toda a faixa subsaariana horizontal é chamada de Sahel.
- Tem mais de 1,4 bilhão de habitantes e cresce rapidamente. É o continente mais jovem: 18 anos de idade em média (42 na Europa, 47 no Japão). 80% são de etnia negra, e o norte é berbere e árabe. 60% é rural, 40% é urbano em crescimento.
- O idioma nativo mais falado é o suaíli, entre cerca de 1.700 idiomas, seguido pelo árabe no norte, além do francês, o inglês e o português, entre outros, em suas antigas colônias.
- No norte e no Sahel, predomina o islamismo xiita e, na África Subsaariana, o catolicismo e o

protestantismo. Em grande parte do continente há religiões nativas que estão entrelaçadas com as antepassadas.

- Com uma altitude regular, a África tem cadeias de montanhas, vulcões, planícies, planaltos, grandes rios e lagos. O Saara é o maior deserto do planeta. O clima é geralmente quente, com picos de 50°C por causa do aquecimento global. A rica fauna e flora também sofrem com a destruição capitalista.

3. CONTRASTES

A África abriga 24% das terras cultiváveis do mundo, mas a maior parte delas é usada para o agronegócio e para alimentar nações estrangeiras. A China, a Arábia Saudita, a Coreia do Sul e outros países compraram grandes terras agrícolas. Outras terras férteis são usadas para produzir biocombustíveis em vez de alimentos para a população. A madeira é obtida por meio da derrubada de florestas, sem execução de reflorestamento.

Possui um terço das reservas minerais do mundo, com mais de 60 tipos: platina (90%), coltan (80%), cobalto (60%), tântalo (70%), diamantes (46%) e ouro (40%), além de ferro, urânio, cobre e bauxita. As fontes de energia incluem gás no norte, petróleo no Golfo da Guiné, carvão no sul, bacias hidrográficas no centro, luz solar no Sahel e capacidade geotérmica no leste.

Mas essa abundância contrasta com os piores índices de pobreza e desigualdade. De acordo com dados de 2022, os 14 países mais pobres do mundo – quatro deles em extrema pobreza – estão na África, concentrando 1/3 da pobreza global¹. A Nigéria é o maior produtor de petróleo da África, mas 60% de sua população vive com menos de 1 dólar por dia. O Níger é o 5º maior produtor de urânio do mundo, mas o 8º país mais pobre do mundo.

Na África negra, 1 em cada 4 pessoas passam fome, 1 em cada 3 é analfabeta e a mortalidade infantil é a mais alta do mundo: 15 vezes maior do que na Europa. A expectativa de vida é de 68 anos (80 na Europa). Para se ter uma ideia da desigualdade, “os 10% mais ricos da região da África Oriental ganham, em média, 47% da renda, enquanto os 50% mais pobres ganham apenas 13,3%”². As mulheres e LGBT+ sofrem muito mais opressão do que seus pares no Ocidente, reforçada por tradições culturais, religiosas e coloniais.

Poucas pessoas têm acesso à água potável, saúde, terra e moradia. Os serviços básicos e a infraestrutura

são escassos e precários. É por isso que as recentes enchentes na Líbia e o terremoto no Marrocos causaram milhares de mortes. E é por isso que uma multidão de migrantes africanos tenta chegar à Europa, às vezes em pequenas embarcações e ao custo de 3 mil vidas por ano.

4. ESCRAVIDÃO, O MOTOR DO CAPITALISMO

Como em qualquer outro lugar do mundo, a África experimentou formas de escravidão e os prisioneiros de guerra eram usados para trabalhos domésticos ou agrícolas. Do século VIII ao XVIII, os árabes comercializaram cerca de 6 milhões de pessoas escravizadas para a Europa e para o Oriente Médio.

A terceira fase da escravidão ocorreu do outro lado do Atlântico, entre os séculos XV e XIX, pelos colonizadores europeus. De um setor econômico marginal, logo se tornou o principal. O impulso das plantações coloniais nas Américas incentivou o militarismo dos reinos da África Ocidental a capturar e vender mais escravos. Estima-se que de 12 a 15 milhões de pessoas escravizadas eram a nova “mercadoria” cujo trabalho originava os lucros do capital.

Como Marx corretamente apontou: “A escravidão direta é o eixo central de nossa industrialização, da mesma forma que o maquinário, o crédito e assim por diante. Sem escravidão não há algodão, sem algodão não há indústria moderna. Foi a escravidão que deu valor às colônias; foram as colônias que criaram o comércio mundial; o comércio mundial é a condição necessária para o maquinário industrial de larga escala”³. E acrescentou: “a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam o alvorecer da era da produção capitalista”⁴.

Marx também estabeleceu a distinção entre escravidão e o racismo. “Um negro é um negro. Ele só se torna um escravo a partir de determinadas relações”⁵. É por isso que, na Guerra Civil dos EUA, ele apoiou o Norte desenvolvimentista contra o Sul escravagista e convocou os trabalhadores brancos para apoiarem a luta contra a escravidão.

5. A DISTRIBUIÇÃO IMPERIALISTA

A divisão da África foi realizada em 1885 na Conferência de Berlim. A divisão envolveu os impérios alemão e otomano, França, Reino Unido, Itália, Bélgica, Espanha e Portugal, bem como os EUA

e outros países sem colônias africanas. De acordo com esses países, a Europa branca e “superior” deveria civilizar os “selvagens” africanos. Dividiram tudo, com exceção de dois países independentes: A Abissínia (atual Etiópia), que derrotou a Itália, e a Libéria, um território que os EUA compraram de Serra Leoa.

Mas a invasão europeia encontrou resistência. Os Ashanti travaram várias guerras contra a Grã-Bretanha na Costa do Ouro (atual Gana). O mesmo fizeram os Anyong na Nigéria, os Nandi no Quênia e os Zulu na África do Sul. Os Herero e Namaqua resistiram contra a Alemanha no sudoeste (atual Namíbia), e os Maji Maji no leste (atual Tanzânia). Os berberes do Rif resistiram ao protetorado franco-espanhol no Marrocos. A oposição líbia enfrentou a opressão da Itália.

A divisão de Berlim não pôs fim às disputas entre as metrópoles⁶. Em 1889, foi realizada uma conferência em Bruxelas contra a escravidão: as mesmas potências europeias que praticavam a escravidão, agora a usavam como desculpa para colonizar a África. Em 1914, todo o continente estava ocupado pelas potências europeias e, em 1936, a Itália recuperou a Abissínia. Como as potências impuseram fronteiras artificiais, os conflitos continuam até hoje.

6. DESCOLONIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA

Esse período começou após a Segunda Guerra Mundial. Em 1951, a Líbia, antes sob ocupação anglo-francesa, foi a primeira a conquistar a independência. O Egito, anteriormente um protetorado britânico, era independente desde 1922. O Sudão e a Tunísia vieram em seguida em 1956, Gana em 1957, Guiné em 1958 e Argélia em 1962. O boom veio em 1960, o chamado Ano da África, quando 17 países declararam sua independência⁷. Vários desses processos envolveram guerras de libertação nacional contra as metrópoles por uma década ou mais. Descrevemos alguns casos de destaque e suas principais lideranças:

- Gana conquistou a independência da Grã-Bretanha em 1957, liderada por Kwame Nkrumah, até sua derrubada em um golpe apoiado pela CIA em 1966.
- A Guiné se tornou independente da França em 1958, após um processo liderado por Ahmed Sékou Touré, que governou até sua morte em 1984.
- A República Democrática do Congo con-

quistou a independência da Bélgica em 1960, liderada por Patrice Lumumba. Primeiro-ministro por apenas 80 dias, Lumumba foi deposto por um golpe e assassinado em 1961 pela CIA com a Bélgica.

- A Guiné-Bissau e as ilhas de Cabo Verde conquistaram a independência de Portugal em 1974, após a guerra de uma década liderada por Amílcar Cabral, assassinado no ano anterior à vitória.
- **Burkina Faso, antigo Alto Volta, tornou-se independente da França em 1960. Após dois golpes de Estado, uma revolução liderada por Thomas Sankara triunfou em 1983.** Seu governo lutou contra a dependência, a corrupção e os privilégios das elites nativas. Burkina Faso alcançou a autossuficiência alimentar, redistribuiu terras e melhorou a educação, a saúde e os direitos das mulheres. Sankara foi assassinado em 1987 por um golpe apoiado pela França.

Todos esses processos de independência ocorreram no contexto global da *Guerra Fria* entre os EUA e a URSS, razão pela qual a URSS, Cuba e os partidos comunistas tiveram uma forte influência na África. Vários dos movimentos anticoloniais foram derrotados por golpes com intervenção imperialista. Outros, apesar de algumas medidas progressistas parciais tomadas no início pelos novos governos, não foram firmes em romper profundamente com o imperialismo e o capitalismo local. Assim, os avanços alcançados estagnaram na independência formal e retrocederam no próprio país e na relação com as potências imperialistas.

7. O PERÍODO PÓS-COLONIAL

Entre a década de 1960 e o final da década de 1980, a África sofreu mais de 70 golpes de Estado e 13 assassinatos presidenciais. O continente é essencialmente neocolonial, agrícola, fornecedor de matérias-primas e com baixa industrialização, um pouco na região norte. A África do Sul é o único país desenvolvido, com uma forte tradição sindical e um papel subimperialista regional. O regime racista *do apartheid* foi derrotado em 1992 e Mandela ganhou a presidência em 1994.

Em seu livro *[Os franceses na África Negra]* (1987), o jornalista Pierre Biarnès resume bem a política francesa após 1960: “*Consolidar o poder dos líderes que seguiram fielmente a relação franco-africana [...] e pressionar aqueles que olham muito longe em*

outras direções, ao mesmo tempo, se opor aos objetivos das potências concorrentes no momento em que são consideradas ameaçadoras”⁸.

Mas não se trata apenas da presença da França ou mesmo da Europa: “Popularizado pela expressão *Chináfrica*, o desenvolvimento meteórico da presença da China na África nos últimos 20 anos faz parte das novas realidades geopolíticas. A China é o maior parceiro comercial e de construção do continente e o maior credor bilateral de muitos países africanos. As empresas chinesas estão presentes em tudo, desde a exploração madeireira até o setor bancário e a energia... entre 2000 e 2018, 50 dos 54 países africanos tomaram empréstimos da China de várias formas... grande parte deles, relacionados à infraestrutura onde os custos são, às vezes, questionáveis (ferrovias, portos, estradas, usinas de energia, etc.)”⁹.

“Em duas décadas, o comércio da China com a África aumentou quase 30 vezes e hoje, é quatro vezes maior do que o dos EUA com os países africanos... Assim, a China conseguiu garantir o acesso aos recursos estratégicos dos quais a África é ricamente dotada: petróleo no Gabão e em Angola, bauxita (para alumínio) na Guiné, cobre na Zâmbia, urânio na Namíbia e assim por diante. E, cada vez mais, cobalto e lítio, essas matérias-primas cruciais para a transição energética e o desenvolvimento de carros elétricos. Na República Democrática do Congo, responsável por mais de 2/3 da produção mundial de cobalto, quase todas as minas já estão sob controle chinês... O governo de Joe Biden está preocupado e tenta recuperar o controle. Isso é evidenciado pelo memorando assinado em dezembro de 2022 com o Congo e a Zâmbia, que visa desenvolver uma cadeia de valor completa em torno de baterias de veículos elétricos em ambos os países, desde a extração mineral, até a fabricação industrial”¹⁰.

Assim, por exemplo, as minas de ouro do Mali são operadas por uma empresa canadense. E embora o regime do Chade seja um dos mais intimamente ligados à França e, quando se encontrou petróleo, tenha prometido o negócio à Total, o Banco Mundial optou pela Exxon e concedeu ao Chade um empréstimo para explorar suas reservas.

Os EUA desempenharam um papel militar direto ou indireto na África durante o período de descolonização, buscando evitar que os novos regimes caíssem na influência russa. Interviram na guerra de Angola e a CIA esteve envolvida no assassinato de Lumumba. Os EUA estão de volta ao continente desde 2007, quando criaram seu Comando da África (Africom).

8. GEOPOLÍTICA EM DISPUTA

- Atualmente, há 54 países na África, com 51 repúblicas e 3 monarquias: Marrocos, Lesoto e Suazilândia (ou Esuatini). O Saara Ocidental, sob o domínio marroquino, ainda não é independente. Os 54 países e a República Árabe Saarai Democrática formam a União Africana¹¹. A Liga Árabe inclui países muçulmanos¹².
- Existe uma Comunidade Econômica Africana, mas a maior parte da economia é controlada por multinacionais. Todos os 54 países são membros do FMI, do Movimento dos Não Alinhados e da OMC, exceto o Sudão do Sul e a Eritreia. Argélia, Angola, Gabão, Líbia e Nigéria são produtoras de petróleo e membros da OPEP.

Egito, 2011: manifestantes exigem a renúncia do então Presidente Hosni Mubarak



- A maior presença militar estrangeira é dos EUA (29 bases e tropas em 15 países e o comando da Africom) e da França (com bases em 10 países). O Egito, o Marrocos e a Tunísia são aliados extra-OTAN. A Rússia também tem influência no continente: é a principal fornecedora de armas, tem “forças de paz” em 4 países, seu grupo mercenário Wagner está ativo em 8 países e, em julho, Putin anunciou pactos técnico-militares com 40 países. Em Djibuti, um pequeno país que fica de frente para a travessia estratégica entre o Mar Vermelho e o Golfo de Aden, há 5 bases imperialistas: dos EUA, França, Itália, Japão e a primeira da China, que está planejando outras na Tanzânia, Guiné e Gabão.
- Ao nível regional, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) reúne 15 países sob a tutela franco-britânica. O imperialismo usa as disputas internas nos exércitos e as ações de grupos terroristas jihadistas (Boko Ha-

ram, Al Shabab) e mercenários (M23 no Congo) para reivindicar sua interferência. Como o imperialismo ameaçou intervir com a CEDEAO, por causa das recentes revoluções, os governos do Mali, Níger e Burkina Faso criaram a Aliança dos Estados do Sahel (AES), para defesa mútua.

9. DA PRIMAVERA ÁRABE ATÉ HOJE

De 2010 a 2012, quase todo o mundo árabe passou por uma onda de explosões sociais contra governos e regimes capitalistas. Como um efeito dominó, em vários países houve mobilizações espontâneas massivas - e greves em outros países - por melhorias sociais e direitos democráticos, contra a pobreza e as ditaduras. Milhares de jovens desses países estudaram e até se formaram, mas não conseguiram encontrar trabalho e muitos tentaram migrar para a Europa ou se dedicarem ao trabalho informal, caso de Mahamed Bouazizi, um jovem que trabalhava como ambulante e, como forma de protesto contra a corrupção e a crise econômica, ateou fogo no próprio corpo, iniciando as revoltas na Tunísia.

Estado Espanhol: manifestação em solidariedade ao Saara Ocidental



Leia o artigo: Ao lado do povo Saaraui pela libertação da última colônia de nosso continente africano, o Saara Ocidental

A Primavera Árabe derrotou governos na Tunísia, Egito, Líbia e no Iêmen, que ainda sofre com a guerra civil. Mas, pela falta de direções revolucionárias fortes, os movimentos foram canalizados com promessas e, em alguns casos, até mesmo governos ditatoriais voltaram ao poder. Além da desmobilização feita pelas direções políticas capitalistas, soma-se o frentepopulismo stalinista e as ONGs imperialistas.

Assim como uma lei da história, a dinâmica do período de independência se repete: o que não avança, retrocede. Mas como a crise e a pobreza continuam e as massas saem para lutar novamente,

os processos se tornam recorrentes.

A partir de 2019 surgiu uma segunda Primavera Árabe, com o Hirak (*movimento*, em árabe) na Argélia, revoltas no Sudão, Iraque e Líbano em 2020, Tunísia e Senegal em 2021 e Egito em 2022, este último, com várias greves. Esse aumento teve repercussões na África Central, por exemplo, no Sudão, criando outra onda de rebeliões sociais e golpes militares contra governos fantoches do imperialismo francês no Mali e na Guiné em 2021, Burkina Faso, Níger e Gabão em 2023. 🐦

1. Banco Mundial e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
2. [África Oriental: a extrema desigualdade em números]. Em: <https://oxfam.org/es/africa-oriental-la-desigualdad-extrema-en-cifras>
3. Karl Marx. *Carta a Pável V. Annenkov (em Paris)*, 28/12/1846. Em: <https://marxists.org/portugues/marx/1846/12/28.htm>
4. Karl Marx. *O Capital: crítica da economia política*. Vol 1, Livro II. 34ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 872.
5. Karl Marx. [O que é um escravo negro? In: Biblioteca Karl Marx, vol II]. New York: McGraw-Hill, 1972. Saul K. Padover (org.). p. 21-24.
6. Londres lutou contra Paris pela conexão do Nilo com Lisboa pela Rodésia, atual Zimbábue. A França disputou o Marrocos contra a Alemanha, o Egito contra a Grã-Bretanha e a Tunísia contra a Itália. A Itália disputou a Cyrenaica e a Tripolitânia contra a Turquia, hoje partes da Líbia.
7. Os últimos países a se tornarem independentes foram Angola, de Portugal (1975), Seychelles, do Reino Unido (1976) e Djibuti, da França (1977). Posteriormente, três estados se separaram de outros: Namíbia, da África do Sul (1990), Eritreia, da Etiópia (1993) e Sudão do Sul, do Sudão (2011), após duas guerras civis.
8. Thomas Borrel, Amzat Boukari-Yabara, Benoît Collombat, Thomas Deltombe (dir.). [O Império que não morre. Uma história da Françafrica]. Paris: Seuil, 2021. p. 211.
9. Thierry Vircoulon. [Vinte anos depois, a história de sucesso da Chinafrica vive algumas consequências problemáticas]. Le Monde, 16/3/21.
10. Marie de Vergès. [Os Estados Unidos fazem de tudo para recuperar o tempo perdido na África]. Le Monde, 6/4/23.
11. Vários territórios ainda são dependentes dos Estados europeus: Ilhas Canárias, Ceuta e Melilla (Espanha), Mayotte e Reunião (França), Madeira (Portugal) e Santa Helena (Reino Unido).
12. Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Egito, Sudão, Mauritània, Somália e Djibouti.

Leia o artigo: O drama humano da imigração para a Europa





la montaña
EDICIONES SOCIALISTAS

REVISTA DE TEORIA E POLÍTICA DA LIGA INTERNACIONAL SOCIALISTA / AGOSTO, 2023 — Nº 4

REVOLUÇÃO PERMANENTE

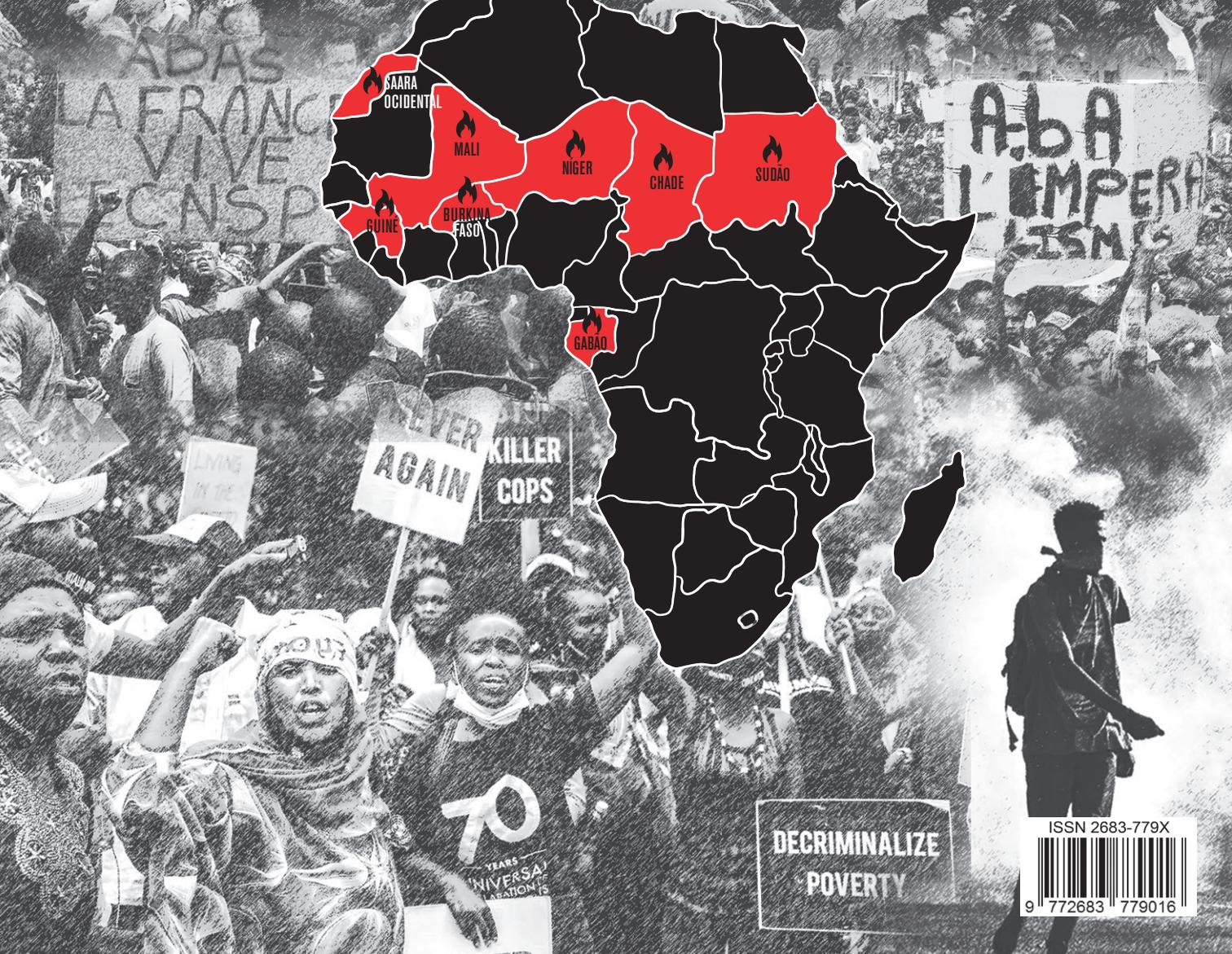
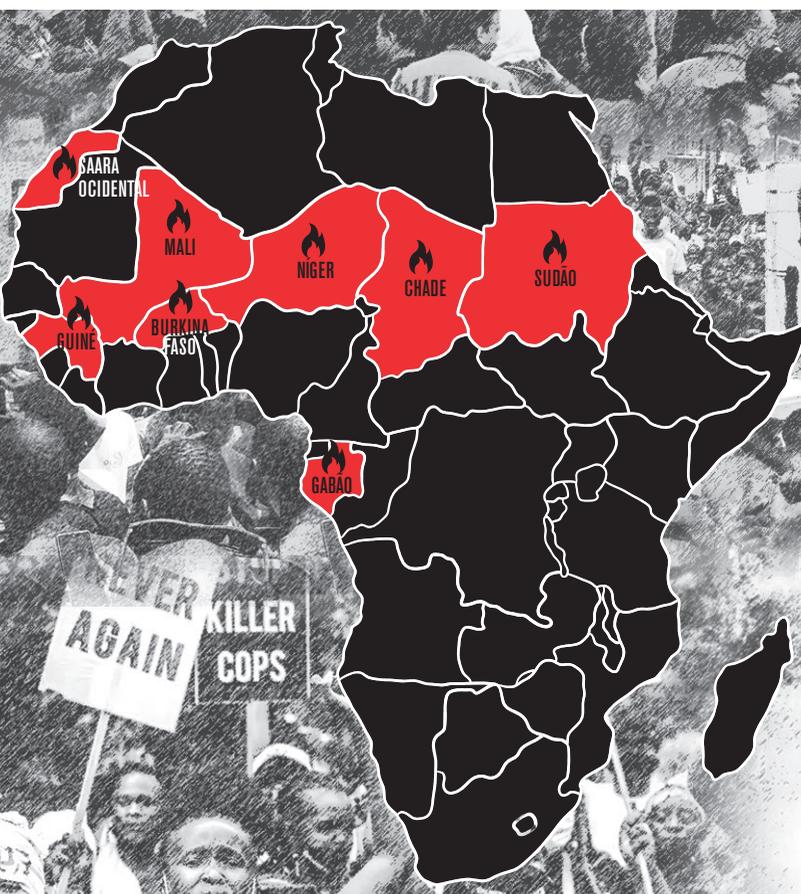
HEGEMONIA IMPERIALISTA EM DISPUTA



Leia a
Revolução Permanente Nº 4

PEOPLE DEMAND REMOVAL
OF THE REGIME

ÁFRICA SE REBELA CONTRA O IMPERIALISMO



ISSN 2683-779X



9 772683 779016